

LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ANDRÉ PEDRESCHI ALUISI

**EDUCAÇÃO E COOPERAÇÃO NA
EUROSOCIAL**



Rio Claro
2015

ANDRÉ PEDRESCHI ALUISI

EDUCAÇÃO E COOPERAÇÃO NA EUROSOCIAL

Orientador: Prof. Dr. Romualdo Dias

:

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Rio Claro
2015

379.2 Aluisi, André Pedreschi
A471e Educação e cooperação na Eurosocial / André Pedreschi
Aluisi. - Rio Claro, 2015
49 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia)
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de
Rio Claro

Orientador: Romualdo Dias

1. Educação e Estado. 2. Neoliberalismo. 3.
Neocolonialismo. 4. Organizações econômicas. I. Título.

Dedico esse trabalho as pessoas que nessa caminhada me apoiaram e ajudaram na concretização dessa etapa em minha vida. Aos meus pais Augustinho e Sônia, ao meu irmão Alexandre e sua esposa Tâmara, a minha amada namorada Bruna, meus sobrinhos Ana e João.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e professor Romualdo Dias que exerceu de verdade o que acredito ser uma aula na Universidade.

Aos professores que foram importantes nesse tempo de graduação e jamais serão esquecidos, em especial: Jorge Luís Mialhe, Andréia Osti e Laura Noemi Chaluh.

Aos colegas do curso de Pedagogia que ingressaram em 2011 e também as turmas anteriores e posteriores com as quais tive contato.

Aos funcionários da UNESP de Rio Claro com quem, ao longo do tempo consegui criar uma amizade.

Aos meus pais, Augustinho e Sônia, pelo amor, carinho e pelo exemplo de luta e dedicação.

Ao meu irmão, Alexandre, pelo amor, pela presença e por compartilhar suas experiências na docência.

À minha cunhada Tâmara pelo incentivo ao meu ingresso na Universidade e à carreira de professor.

À minha namorada Bruna, pelo amor, pela inspiração, pela força, pelo exemplo de paciência e pela companhia constante nessa caminhada.

Meus sinceros e humildes agradecimentos

*“Aquele que luta com monstros
deve acautelar-se para não
tornar-se também um monstro.
Quando se olha muito tempo
para um abismo, o abismo olha
para você.”*

Friedrich Nietzsche

RESUMO

A EUROsociAL se estruturou e se apresenta como uma rede de cooperação social, de iniciativa da Comissão Europeia para atuar nos países da América Latina em intercâmbio de experiências, em cinco áreas que incidem diretamente em políticas públicas: educação, trabalho, saúde, fiscalização e justiça. Neste estudo nos delimitamos a analisar a cooperação estabelecida no âmbito da educação. Investigamos o papel da educação no programa de cooperação da EUROsociAL para compreender se a concepção pedagógica está refém ou não da dinâmica de poder alinhada na configuração econômica do neoliberalismo. Estudamos o contexto histórico em que surge esse tipo de proposta de integração considerando que o processo de formação das nações latino-americanas aconteceu associado ao empreendimento colonizador europeu. A EUROsociAL propõe uma integração entre os continentes ou algo que vá além disso? Qual é o interesse dessa rede? Trata-se de uma forma de “compensação” pelos efeitos do tipo de colonização na América-Latina? Que articulações existem entre propósitos de cooperação e programas educacionais? Havendo um investimento na integração entre os continentes, na questão pedagógica, qual é a sua proposta e seu interesse nessa escolha? Analisamos a relação entre o movimento internacional de reforma da educação no mundo e a pedagogia na EUROsociAL, com o foco na formulação do termo “cooperação” incidindo diretamente na formulação das políticas públicas dos países participantes.

Palavras-chave: neoliberalismo. cooperação. EUROsociAL. educação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. PROBLEMA	11
3. CONTEXTO HISTÓRICO	15
3.1. COLONIALISMO	15
3.2. O NEOCOLONIALISMO.....	17
3.3. POLÍTICA NEOLIBERAL	20
4. AS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS	23
4.1. BANCO MUNDIAL E SUA HISTÓRIA.....	23
4.2. BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID).....	25
4.3. FMI.....	26
5. NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO.....	27
6. A EUROSOCIAL	31
6. 1. PRINCÍPIOS DA EUROSOCIAL.....	34
6. 2. ÁREAS DE ATUAÇÃO DA EUROSOCIAL	34
6. 3. EUROSOCIAL NA EDUCAÇÃO	35
7. ANÁLISE.....	36
8. CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS.....	49

1 - INTRODUÇÃO

As formas de sustentação da vida, em sua base material, estão configuradas por um modelo de economia que vem sendo denominado como neoliberalismo. Independente da crise que o capitalismo configurado pela economia neoliberal enfrenta, com todos seus questionamentos e percalços, não se pode negar que, no momento, uma alternativa para substituí-lo inexistente, pelo menos em âmbito da macroestrutura social. Isso fica claro quando nos deparamos com os problemas em várias nações que, por muito tempo, foram o símbolo do capitalismo neoliberal, sobretudo os Estados Unidos da América, pela disputa em ocupar sempre uma posição de liderança internacional. Muitos críticos chegam a afirmar que a decadência da potência norte-americana é o sinal de crise do modelo hegemônico que triunfou após a derrocada da extinta União Soviética e seus países aliados.

Se o neoliberalismo se transformou num verdadeiro projeto hegemônico, isto se deve ao fato de ter conseguido impor uma intensa dinâmica de mudança material e, ao mesmo tempo, uma não menos intensa dinâmica de reconstrução discursivo-ideológica da sociedade, processo derivado da enorme força persuasiva que tiveram e estão tendo os discursos, os diagnósticos e as estratégias argumentativas, a retórica, elaborada e difundida por seus principais expoentes intelectuais (num sentido gramsciano, por seus *intelectuais orgânicos*). O neoliberalismo deve ser compreendido na dialética existente entre tais esferas, as quais se articulam adquirindo mútua coerência. (GENTILLI, 1996, p.10)

Com a presença maciça de uma educação predominantemente neoliberal na maioria dos países que adotam essa pedagogia, fica evidente a quase hegemonia desse modelo educacional e suas consequências. Razão pela qual muitas nações ao adotar essa lógica fizeram por interesses econômicos, deixando de lado ideologias políticas, pois simplesmente não havia alternativa a esse modelo dominante. Nesse contexto as escolas se transformaram em uma espécie de indústria, onde o ensino vem sendo tratado como uma simples mercadoria, sendo a proposta pedagógica pouco valorizada.

A República Popular da China que é segunda maior potência econômica mundial mantém um sistema político centralizado em partido único (Partido Comunista) que governa com “mão de ferro”, porém seus meios de produção são claramente capitalistas e, devido a uma mão de obra pouco valorizada, consegue colocar seus produtos em quase todos os lares do mundo. Faço referência especificamente a esse país já que por muitas décadas foi símbolo de uma sociedade socialista, fechada e que se baseava nas ideias da Revolução Comunista de outubro de 1949, realizada sobre a liderança de Mao Tse- Tung. Essa é a prova mais

convicente de que a economia neoliberal conseguiu transformar ideais antes próximas ao socialismo em uma economia de mercado, estabelecendo uma nova ordem de interesses e conveniências.

O liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados. Digamos, se preferirem, que, enquanto num país como a França o contencioso dos indivíduos em relação ao Estado gira em torno do problema do serviço e do serviço público, o contencioso nos [Estados Unidos] entre os indivíduos e o governo adquire ao contrário o aspecto do problema das liberdades. Por isso acreditamos que o liberalismo americano, atualmente, não se apresenta apenas, não se apresenta tanto como uma alternativa política, mas digamos que é uma espécie de reivindicação global, multiforme, ambígua, com ancoragem à direita e à esquerda. (FOUCAULT, 2008, p. 301)

Mesmo com todos os problemas enfrentados, o neoliberalismo mantém seu domínio. Sua hegemonia ainda é sentida em grande parte dos países e vai além da questão econômica. Na educação o neoliberalismo se faz perceber nos lugares onde as regras de um país são reguladas pelo mercado. Ao contrário do que se possa pensar, a lógica de uma educação neoliberal não é excluir pessoas do processo de aprendizado e sim que todos tenham conhecimento. O interesse em toda essa educação é formar um cidadão que se insira nesse mercado enquanto um bom consumidor e acredite que só dentro dele sua vida possa existir.

Com efeito, como já tentei demonstrar em outros trabalhos, a grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado questionando assim seu caráter de *direito* e reduzindo-a a sua condição de propriedade. É neste quadro que se reconceitualiza a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto *proprietário*, enquanto indivíduo que luta para conquistar (comprar) propriedades-mercadorias de diversa índole, sendo a educação uma delas. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado o *entrepreneur*, o *consumidor*. (GENTILI, 1996, p.20).

Se não bastasse a pedagogia do consumo que prepara para o mercado, presenciamos em vários países um verdadeiro extermínio de muitas culturas locais em nome de uma pseudo-educação. Em muitas nações que são vítimas desse mecanismo de desapropriação da sabedoria regional nativa, os cidadãos não possuem nenhum vínculo com sua própria cultura, mas não estão “preparados” o suficiente para ingressar na sociedade “civilizada”. As pessoas que passam por esse processo perverso ficam em uma lacuna onde dificilmente terão capacidade de perceber que estão sem rumo, pois não sabem de onde vieram e onde pretendem chegar. Identificamos neste fato uma explícita produção da vulnerabilidade do sujeito. As crianças e os adolescentes saem de suas comunidades, frequentam as escolas, aprendem diversos conteúdos de uma grade curricular, mas não conseguem se virar na vida

em atividades mais básicas de sobrevivência.

Quando temos conhecimento de documentos elaborados em reuniões onde são discutidos rumos para educação, como a conhecida Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Conferência de Jomtien, Tailândia, 1990 (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2003), com o sugestivo título de “Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem”, identificamos fatos e aspectos preocupantes.

Podemos constatar que esses eventos são sempre patrocinados por instituições ligadas claramente à educação neoliberal, onde o dinheiro para projetos “educacionais” é liberado após metas alcançadas como: PNUD, UNESCO, UNICEF e Banco Mundial. O envolvimento destes organismos com a educação não é um episódio inocente. Por isso se faz necessária uma atenção especial quando diretrizes são estabelecidas sem respeitar as individualidades das culturas e principalmente do cidadão. Toda uma nação fica submetida a uma lógica exclusiva ao âmbito da economia orientada pelos organismos internacionais. O controle da economia sobre a esfera da educação se manifesta em uma dimensão tão exacerbada que ousamos indagar sobre uma espécie de prática da tirania articulada com o reinado da estupidez.

Nesse contexto surgiram algumas propostas alternativas para educação que não seguem essa lógica da pedagogia que visa uma formação tão dirigida para o mercado e estabelece outro olhar na formação do cidadão que enxergue além do viver para consumir. Em outro esforço de intervenção identificamos que surge no seio da União Europeia uma proposta que tem como princípio básico uma integração maior entre os países na Europa com os da América Latina, denominada EUROsociAL, com a prática de programas em diversas políticas sociais.

A EUROsociAL é uma rede de cooperação social, de iniciativa da comissão europeia, criada em 2004 para atuação nos países da América Latina através do intercâmbio de experiências. Este programa visa atuar em cinco setores centrais: educação, trabalho, saúde, fiscalização e justiça. Tendo em vista que essa rede abrange tantas áreas importantes na sociedade como um todo, o foco principal da observação se dará a partir de nosso interesse advindo do Curso de Pedagogia. Ou seja, nós nos perguntamos qual educação vem sendo proposta em todo processo de formação do cidadão.

O interesse dessa integração entre os continentes se concentra necessariamente na questão pedagógica ou existe mais um motivo para essa aproximação? Esta pergunta se justifica uma vez que no passado fomos colonizados por esses países e os problemas econômicos que vivem podem disfarçar outras intenções. A questão do desemprego em grande escala principalmente na Espanha e Portugal pode ser o real motivo para essa

aproximação, afinal muitos países da América Latina em especial o Brasil é tratado como uma economia em ascensão e um país razoavelmente bom para se investir, de acordo com algumas agências de classificação de risco. Há que considerar também o fato de que o desenvolvimento dos potenciais econômicos destes países em período recente os colocaram em patamares de competição, ou de trocas comerciais, bem diferentes uns dos outros. O Brasil de hoje, enquanto potência econômica, não é o mesmo país do período colonial.

A questão histórica não poderá ser ignorada em nossa pesquisa, pois a colonização pelos europeus fez parte da nossa experiência e traz muitas indagações a respeito dessa proposta de integração com o velho continente. Tal afirmação parte do pressuposto de que a memória tem uma materialidade própria e produz seus efeitos sobre a significação do presente. Por ocasião da comemoração dos quinhentos anos do descobrimento (1992) vários autores e estudiosos fizeram severas críticas a essa celebração e não acreditavam haver nenhum motivo para festejos. Conforme citado por Reigota (1999, p. 28):

Para muitos intelectuais latino-americanos, a comemoração dos quinhentos anos foi uma ocasião de colocar em evidência o saque aos nossos recursos naturais e o etnocídio provocados pelas autodenominadas culturas superiores, modernas racionais. Os latino-americanos se dividiam em duas facções principais: uma procura julgar a Espanha pelo seu papel no passado, negligenciando sua importância no atual contexto internacional; a outra tentou conquistar sua simpatia recorrendo aos recursos econômicos colocados a disposição para a realização de filmes, peças de teatro, exposições, publicações de livros, sobre o tema da “descoberta”.

A integração dos principais colonizadores da América Latina (Espanha e Portugal) na União Europeia criou outro status para esses países que a partir desse tratado se reafirmaram como “Europeus” e em diversos momentos não permitiram a entrada dos colonizados a essas nações, principalmente para o trabalho braçal. Portanto existe aí uma contradição que precisa ser explorada, pois ao mesmo tempo em que propõe a integração com a América Latina, fecha suas fronteiras para cidadãos desses países. Neste episódio destacamos duas naturezas distintas do tratamento sobre o conceito de “integração”. Há algo próprio de um funcionamento discursivo a serviço de uma onda espetacular presente na mídia, nas propagandas, etc. E há um controle efetivo quando esta integração interfere no campo econômico na parte em que os efeitos recaem sobre o território deles. Esta diferença de tratamento aqui identificada lança luzes para a análise do termo “cooperação” enquanto dispositivo de discurso. Há que cooperar sim mas segundo regras estabelecidas de uma forma desigual. Precisamos verificar como as regras da cooperação estão presentes ou não nas relações diplomáticas entre estes organismos.

“Espanha e Portugal aderindo ao espaço comunitário europeu aderem também às suas leis, das quais uma das mais severas diz respeito a presença de estrangeiros, denominados “extra comunitários”. Para os latino-americanos, depois da colonização com as consequências que todos conhecem, e da acolhida recente que aqui recebem os imigrantes, Espanha e Portugal voltaram as costas para o mar e se integraram ao muro e barreira invisível construída pela União Europeia”.(REIGOTA,1999, p.27)

O desemprego que afeta os países da União Europeia e a oportunidade de trabalho no novo continente aos cidadãos europeus, torna a questão da EUROsociAL muito mais interessante que a simples questão da integração entre as nações. Pode haver um motivo muito maior para esse interesse entre os colonizadores e os colonizados, um neocolonialismo disfarçado de boas intenções.

Enfim, a formulação deste termo “cooperação” ganha contornos distintos de acordo com o campo no qual é tratado. No campo da economia há formas de controle visíveis. No plano da política há tensões de interesses. Quanto a esfera educacional, esta, diante deste contexto, perdeu o direito a ingenuidade. Os educadores precisam se habilitar fortemente em um exercício de suspeita ao se defrontarem com os belos discursos em suas declarações de intenção de ajuda. Vivemos em um tempo de difícil discernimento. Assistimos uma luta desigual entre a ciência, com sua capacidade de promover a leitura de mundo, e a ideologia, com sua astúcia na promoção de apressadas adesões aos belos programas denominados de estratégias de cooperação entre os povos. No discurso tudo é muito bonito. Na realidade os efeitos são assustadores. Um lado sai deste enredo mais submetido do que o momento em que iniciou sua participação. Em nosso estudo queremos contribuir com o fortalecimento de uma atitude de suspeita, sustentando em nós o movimento de interrogação sem descanso. Será que esta modalidade de cooperação está mesmo a serviço da educação emancipatória?

2 – PROBLEMA

Com base nos elementos levantados a respeito das relações entre cooperação e educação analisamos o Programa de Cooperação da EUROsociAL para compreendermos os fundamentos políticos de sua constituição. Trata-se realmente de uma rede de cooperação entre os europeus e latino-americanos? Existem apenas relações com interesse em uma articulação político-econômica visando criar um bloco com trocas de mercadorias? Seus objetivos são meramente econômicos? Ou podemos descobrir múltiplos desdobramentos além

disso? A dúvida que surge se relaciona ao conteúdo pedagógico-educacional que está sendo implementado nessa rede. Nossa análise se faz no sentido de buscar entender se de alguma forma se diferencia da educação predominante, sustentada em uma lógica do mercado, sempre presente na maioria das nações e já observada nesse texto.

Queremos analisar a proposta pedagógica na EUROsociAL e conferir se tem como objetivo a formação específica para atender a uma demanda de mercado ou se preocupa realmente na construção do cidadão capaz de discernir e principalmente tomar decisões conscientes. Observamos a estrutura educacional em sua totalidade. Conferimos o modo como as escolas aparecem nessa rede. Fazendo uso da metáfora alimentar podemos nos perguntar se elas são organizadas ao modo dos restaurantes do *fast food*. Estes restaurantes servem as melhores refeições? Eles estão realmente preocupados com um alimento oferecido? Eles oferecem todos os nutrientes necessários para o desenvolvimento do indivíduo? Queremos conferir o quanto a educação se submete aos princípios de uma economia neoliberal ou se alguma alternativa foi construída para fazer frente ao *modus operandi* pedagógico do capitalismo.

“Os processos de mcdonaldização têm” sido destacados por alguns autores para referir-se à transferência dos princípios que regulam a lógica de funcionamento dos *fast-foods* a espaços institucionais cada vez mais amplos na vida social do capitalismo contemporâneo. A mcdonaldização da escola, processo que se concretiza em diferentes e articulados planos (alguns mais gerais e outros mais específicos), constitui uma metáfora apropriada para caracterizar as formas dominantes de reestruturação educacional propostas pelas administrações neoliberais.

Na ofensiva antidemocrática e excludente promovida pelo ambicioso programa de reformas estruturais impulsionado pelo neoliberalismo, as instituições educacionais tendem a ser pensadas e reestruturadas sob o modelo de certos padrões produtivistas e empresariais.” (GENTILI, 1996, pg. 28)

Portanto além do estudo de todo projeto pedagógico presente nessa rede, suas características e finalidades como cooperação entre continentes, vamos nos atentar especificamente a alguns itens com um olhar mais apurado, tais como:

Fazemos um contraponto na perspectiva de educação na EUROsociAL, abrangendo basicamente duas questões específicas:

- Qual é a concepção de educação?
- Quais são os temas da educação?

Nosso estudo foi desenvolvido com o objetivo de compreender a influência do neoliberalismo na educação, como parte de nossa formação enquanto educador. No conjunto das leituras realizadas nos empenhamos em identificar as propostas educacionais elaboradas

no âmbito da Rede Internacional EUROsociAL. Entre todo o material recolhido fizemos o recorte sobre a concepção de educação neste vínculo direto com a formulação do termo “cooperação”. Nesta relação entre os termos aqui apontados observamos o chão da economia, para identificarmos minimamente o quanto a forma de capitalismo vigente determina as iniciativas pedagógicas.

Nesta modalidade de estudo a metodologia de pesquisa se constituiu nas três dimensões daquilo que necessariamente define um percurso de construção do conceito. Na primeira, a dimensão da teoria do objeto, estudamos a produção dos dispositivos de cooperação entre países. Nosso objeto de estudo é a cooperação em suas implicações com processos educacionais. Neste objeto a delimitação se faz no confronto entre os termos “cooperação” e “educação”. Não se trata de nos acomodarmos em um dos pólos. O nosso objeto consiste em habitar a fronteira da tensão estabelecida pelos termos escolhidos.

Na segunda, a dimensão da teoria geral do conhecimento, situamos nosso estudo no campo de “filosofia da diferença”. Estamos em uma atitude suspeita diante das metodologias que se dedicam a análise de conteúdos. Para um estudo situado em um campo tão tenso esta abordagem não nos é suficiente. Apoiados em uma forma de sujeito exercer a leitura de mundo pelo princípio da diferença nós mantemos sob suspeita os recursos da representação. Mais do representar um objeto situado no mundo nós queremos mergulhar em uma forma de presença. Contra a representação nós escolhemos a “presença”, se pudermos abusar de uma licença própria dos que ousam inventar novas linguagens quando o vivido ultrapassa os recursos disponíveis para a simbolização.

Na terceira dimensão, a que se refere aos procedimentos, fazemos uso da “cartografia” como dispositivo que nos auxilia no desenho dos territórios existenciais, estes configurados enquanto processos de subjetivação. Esta tensão vivida pelo sujeito habitante da fronteira entre a “cooperação” e a “educação” tem seus efeitos na produção dos sentidos. A interpretação aí experimentada, espera-se, apresenta efeitos sobre o plano da epistemologia, esfera própria dos entendimentos. Desdobra-se também sobre o plano ontológico, este que se refere a uma forma de estar no mundo com condição de ação. O sujeito se sente alterado com os recursos de trabalho que esta tensão estabelecida entre os termos identificados promove. Esperamos que o sujeito saia deste estudo com melhores disposições para operar em suas leituras de mundo, bem como, para contribuir com seus esforços de transformação daquilo que empobrece sua existência.

Pelo fato de nos situarmos no âmbito da “filosofia da diferença” e por assumirmos a hipótese de que há um movimento de colonização do “território da cooperação” e do

“território do sentido”, no âmbito da sociedade em que vivemos, assentada em uma ordem econômica sob os moldes do neoliberalismo, nós assumimos um empenho em construirmos nossa metodologia por meio da complementação de aspectos que combinam os procedimentos com a teoria geral do conhecimento.

A cartografia, assumida enquanto procedimento de interpretação será desenvolvida em sua articulação com uma “genealogia” e uma “arqueologia”. Compartilhamos da definição de Suely Rolnik:

“Para os geógrafos, a cartografia – diferentemente do mapa, representação de um todo estático – é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem.

Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos.

Sendo tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias.

“O cartógrafo é antes de tudo um antropófago.” (ROLNIK, 1989, p.15-16).

Compreendemos a genealogia e a arqueologia como auxílio no esforço de interpretação do cartógrafo. Por meio da genealogia o pesquisador trabalha no regime de visibilidade e expõe as formas, aquelas paisagens configuradas pelos sentidos em movimento. Pela arqueologia, ele opera no regime de invisibilidade, e escava no solo em busca dos sentidos de sustentação daquilo que emerge como figura. Nesta escavação o cartógrafo também busca os indícios de algo que pode se configurar, mesmo sabendo que não há garantias para a sua realização.

Estes procedimentos do cartógrafo exigem dele uma atitude de permanente espreita para transitar no campo empírico, onde está atento a uma dinâmica de poder presente na formulação de mediações. A mesma atenção é exigida quando o cartógrafo rastreia o campo cultural mais amplo em sua opção de fazer a leitura das obras que analisam as implicações entre formação de interesses e formação de sujeitos. Estes esforços de sustentação da atitude de espreita são compreendidos como modos de combinar os dispositivos da genealogia, da arqueologia com a cartografia. Ao final queremos expor um modo como se desenham as

paisagens existenciais, nesta mútua implicação entre processos de subjetivação e processos educacionais.

3 – CONTEXTO HISTÓRICO

Em nosso estudo esta relação estabelecida entre os termos “cooperação” e educação está diretamente relacionado com uma abordagem sobre as condições materiais de sustentação da vida, seja dos indivíduos de um modo particular, seja dos coletivos, de uma forma ampla. A cooperação acontece em uma configuração social determinada pelas condições econômicas. A formulação de nossa pergunta, diante do termo “cooperação” se fez sob a suspeita de uma modalidade de colonização. Por isso iniciamos nossa discussão associado o fenômeno da colonização com uma etapa própria de desenvolvimento do capitalismo. Com o surgimento da sociedade industrial os mercados centrais implementaram esforços no âmbito das exportações articulado com modalidades de exploração dos recursos de outros povos. Assumimos esta identificação entre a colonização e o desenvolvimento do capitalismo em sua inauguração.

Já atentos para nova configuração do capitalismo percebemos que não podemos manter esta denominação de colonização. O uso do termo “cooperação” ganha maior amplitude, em nossos interesses de compreensão, se for associado com as novas modalidades de colonização. Esta escolha nos permite afirmar que existe, de fato, o neo-colonialismo. Estamos nos referindo aos tipos de relações estabelecido entre empresas e nações sob as consignas do modelo capitalista neoliberal. Para o contexto do neoliberalismo pensamos as relações entre os povos marcadas pelo “neo-colonialismo”.

3.1 – Colonialismo

A colonização das Américas pela Europa teve início quando as grandes potências da época (Espanha/Portugal) com suas embarcações se aventuraram pelos mares em busca de um caminho que os levasse a encontro das mercadorias de seu interesse, mais precisamente na Índia. O fruto dessa corrida não foi exatamente o novo caminho para a Índia, mas algo que se mostraria bem mais valioso e interessante.

As caravelas de Cristóvão Colombo quando aportaram em um novo continente, não só encontraram uma “nova terra”, mas um “novo continente” cheio de riquezas e com amplas possibilidades. Esse território até então desconhecido do mundo, foi repartido de acordo com

o tratado de Alcáçovas, assinado entre as duas potências com o objetivo de estabelecer a que parte que cabia a cada um.

A colonização desses territórios se constituiu por uma prática a princípio exclusivamente exploratória. O objetivo era então a retirada maciça de todo tipo de matéria/mercadoria que fosse importante. Nenhuma daquelas potências almejava uma colonização de formação de sociedade, onde pudesse criar condições para a vinda de cidadãos desses países a uma nova vida no desconhecido continente.

O que aconteceu foi um verdadeiro massacre tanto no sentido de riqueza física, cultural e principalmente de vidas humanas que foram ceifadas. A primeira vítima foi o habitante deste território, aqueles que foram os verdadeiros “descobertos” ou donos dessas terras, escravizados na tentativa de uma domesticação para servir aos favores de seus “patrões”. Os índios quando não obedeciam as ordens eram mortos e serviam de exemplo para que os demais pudessem realizar os desejos daqueles que se diziam superiores aos habitantes nativos.

A outra tentativa de dizimar os que já habitavam aquelas terras foi através da submissão à cultura e religião dos colonizadores. As missões jesuíticas chegaram para “catequizar”, pois na visão eurocentrista e católica não era aceito que os índios acreditassem apenas em deuses ligados à natureza e principalmente em rituais indígenas. A real intenção desse mecanismo de colonização das ideias para capturar o pensamento natural dos índios não se mostrou muito eficaz, pois a resistência foi grande e outra tentativa de mão de obra foi pensada.

Com a possibilidade de não haver pessoas dispostas a fazer o árduo trabalho para aqueles que se intitularam os “donos da terra”, foi no continente africano que os colonizadores encontram sua força de trabalho para efetuar os serviços, principalmente na parte que coube a Portugal. Os navios negreiros chegaram e aqueles que de forma violenta e injusta foram arrancados de sua terra no continente africano, sofreram todo tipo de violência moral e física, além daqueles que perderam suas vidas pela não obediência ou pelo excesso de trabalho sem as mínimas condições.

A parte do continente apropriada pela Espanha se caracterizou pelo extermínio de culturas extremamente desenvolvidas, como os Astecas, entre outras. Esses povos possuíam uma grande riqueza cultural, religiosa e suas cidades eram planejadas, assim deixando intrigados os habitantes do velho continente.

Durante um longo período esse tipo de colonização/exploração foi o eixo motriz das potências ibéricas nas Américas, onde a vinda de cidadãos para a formação de uma sociedade constituída em suas bases se deu por questões políticas. Com o avanço de Napoleão

Bonaparte na Europa e a ameaça de invasão a Portugal, a Família Real foi obrigada a conhecer e estabelecer sua nova moradia na América, mais precisamente no Brasil.

Até então não houvera, de forma significativa, nenhuma tentativa de formar uma nação com um pensamento voltado para a formação do prolongamento da “matriz”. A colonização se deu pela retirada de riqueza material, por meio da imposição do pensamento/cultura e pela escravidão dos habitantes índios e posteriormente os negros da África.

Com a recordação destes fatos históricos destacamos o aspecto de extrema violência presente no encontro entre povos diferentes. Interessa-nos manter presente em nossa memória esta associação entre colonização e violência.

3.2 - O Neocolonialismo

Em nosso percurso de estudo assumimos do termo “neocolonialismo” associado com outra etapa de desenvolvimento do capitalismo. Trata-se de uma modalidade de intercâmbio entre mercados e nações sob o signo do neoliberalismo. Essa definição expressa adequadamente a situação dos países colonizados pelas novas potências, não mais ibéricas, após mais de quinhentos anos do descobrimento.

Os países da América latina conquistaram sua independência política em diferentes períodos históricos. Como toda nação busca o desenvolvimento de uma sociedade próspera e justa, o país conquistou a separação do colonizador. A independência aconteceu marcada por intensas batalhas sangrentas com o sacrifício de muitas vidas. Raramente um povo pode obter independência de forma mais pacífica. Os países que integram a América Latina enfrentaram várias turbulências principalmente políticas, em períodos próximos com golpes militares que sempre foram patrocinados pelos países desenvolvidos que tinham nessas nações interesses econômicos, que em muitas ocasiões combatiam uma suposta “ameaça” comunista em países latino-americanos.

As grandes nações desenvolvidas olharam sempre para os países em desenvolvimento com grande interesse em implementar políticas econômicas que pudessem de alguma forma manter seu poder através de propostas vinculadas a liberação de dinheiro. O custo desse dinheiro foi muito além da questão financeira, os países interessados no dinheiro proveniente dos grandes bancos ou fundos (BIRD, BID, FMI, etc.), submeteram seus princípios e especialmente sua população a verdadeiros sacrifícios para que a verba fosse liberada. Essas instituições financeiras internacionais, em troca do dinheiro liberado, obrigam os países

endividados a seguir a risca uma verdadeira cartilha ou um manual condicionado a liberação desse aporte financeiro. Segundo Braga (2001, p. 63):

Através dos programas de ajuste estrutural, elaborados com o objetivo de indicar aos países endividados os meios para a obtenção dos recursos necessários ao pagamento dos juros, o FMI e o Banco Mundial condicionam sistematicamente seu “auxílio” financeiro à colocação em prática dos planos elaborados e definidos por sua tecnoburocracia mundial. Numerosos países endividados passam, desse modo, à tutela do sistema financeiro internacional que, por sua vez, recoloniza o Terceiro Mundo.

A América Latina se viu obrigada a se orientar de acordo com as normas estabelecidas pelas grandes instituições em troca do financiamento de suas economias. Além disso, se viu em uma situação delicada, pois se o dinheiro é liberado em troca de ajustes que compreendem todos os setores de um país (cultura, educação, identidade, etc.), a questão econômica prevalece. Nessa condição de liberar o dinheiro, as economias devem obrigatoriamente se ajustar a maneira como isso se dá, ou seja, necessita acompanhar como se gera e acumula riqueza em um mundo globalizado. Cita Braga (2001, p. 66):

Invariavelmente, reformas macroeconômicas substanciais são exigidas pelos Fundos como condição para a aprovação de empréstimos aos países reféns da dívida. Dessa forma, os governos das nações devedoras devem fornecer ao FMI a prova de que se encontram engajados ativamente na realização das reformas melhor afinadas com as imposições dos Fundos.

O mercado virtual ou especulativo hoje se sobrepõe às práticas produtivas. Trata-se de investir em ações de empresas de alta tecnologia que “produzem” pouco comparadas, por exemplo, com a indústria automobilística. As novas formas de produção da riqueza não criam muitos empregos. Este modelo de desenvolvimento veio ganhando força na economia atual. Esse tipo de economia que privilegia o capital financeiro em detrimento ao produtivo, é para muitos autores, um dos aspectos que mais caracteriza o neocolonialismo, como observa Braga (2001, p.56):

A financeirização do capital, ou seja, o domínio do capital financeiro sobre o conjunto das atividades produtivas, redefiniu as grandes estratégias do sistema. Os ajustes estruturais das economias dependentes e a reestruturação produtiva correspondem às duas faces da mesma moeda: o neocolonialismo.

Ao exercer esse poder nos países dependentes, as potências econômicas representadas pelas grandes corporações, redefinem toda estrutura político-econômica de uma nação que necessita do dinheiro para conseguir colocar em prática seus objetivos.

Esse financiamento proveniente dos fundos internacionais e bancos estão sempre associados a um conjunto de ações que devem ser seguidas pelos que dependem desse capital. Ao fazer uso desse mecanismo de financiamento, as nações devem ajustar sua política educacional para também ter acesso ao dinheiro que servirá para investir nessa área. Em muitos casos ou na grande maioria, o requisito para liberação da verba para o financiamento da política educacional está condicionado a uma educação meritocrática, ou que prepara essencialmente para o mercado de trabalho e suas necessidades.

A questão do neocolonialismo está diretamente relacionada com a política econômica vigente fortemente presente quase na totalidade do planeta. O neoliberalismo e o “neocolonialismo” estão profundamente implicados um com o outro. Sem a implementação dessa corrente hegemônica de pensamento “vitorioso”, principalmente com o esfacelamento da União Soviética, a nova colonização não teria bases para seu sucesso.

O neoliberalismo passa por uma grande crise e seus conceitos estão em discussão chegando até uma dúvida sobre seu futuro, porém por enquanto não há nada que possa desbancar esse modelo. A hegemonia da configuração econômica do neoliberalismo nos ajuda a entender como a República Popular da China se torna a segunda potência econômica mundial. Hoje as grandes empresas que obtém seus lucros trabalhando com papéis ou nas empresas de tecnologia e exercem grande poder sobre os países dependentes de capital estrangeiro, estabelecem suas ações na política neoliberal para conseguir seu sucesso. Nas palavras de Braga (2001, p.62):

O neocolonialismo resulta, exatamente, do conjunto das estratégias privadas de grandes grupos industriais e financeiros. Desse modo, a renovada ofensiva imperialista não pode estar desvinculada do avanço das políticas neoliberais, assim como do conjunto das mutações tecnológicas e organizacionais em curso.

A colonização dos países latino-americanos hoje se determina em políticas econômicas, que se solidificam em bases neoliberais com o condicionamento de empréstimos/financiamentos a determinadas ações que satisfazem os interesses daqueles que objetivam somente a acumulação de capital em detrimento das condições sociais.

A questão da individualidade de cada nação, a cultura, o comportamento e seus costumes não fazem parte da cartilha daqueles que hoje exercem o mesmo poder das potências, Em outros tempos, na busca por mercadorias preciosas nas Índias, chegaram ao continente americano. O neocolonialismo se faz hoje por mecanismos de pressão exercidos pelas nações desenvolvidas que, com o objetivo de explorar e conquistar mercado

acumulando capital consegue direcionar e influenciar diretamente governos em todas as esferas. Quando esse dinheiro é enviado para os países dependentes, as ações e decisões que serão empregadas com esse financiamento também seguem conjuntamente os princípios políticas de sua justificação econômica. Essas ordens são sempre direcionadas com a única e exclusiva preocupação do ganho financeiro, e as questões que envolvem a situação desses países são quase sempre ignoradas. Sem se preocupar com prejuízos sociais dessas determinações, os governos que fazem uso desse dinheiro se interessam basicamente em cumprir tais tarefas impostas pelos organismos internacionais em detrimento da sociedade. Uma forte subserviência fica instalada como suporte para as supostas formas de cooperação entre os povos.

As nações poderosas no seu “descobrimento” e colonização do território americano exerceram seu domínio de forma violenta, destruindo culturas e exterminando sociedades inteiras. O objetivo principal era a exploração do território era a domesticação do povo nativo. Quando isso não foi possível se fez o uso da força. Hoje a nova colonização se faz com o mesmo objetivo, que é o acúmulo de riqueza com o mínimo investimento, deixando de lado a questão de geração de empregos. Busca-se obter máximo usando o mínimo. Esse neocolonialismo não usa a violência física para exterminar aqueles que não compactuam ou cooperam com essa dominação, porém usam uma política econômica que de forma sorrateira elimina aqueles que ousam não obedecer às leis do mercado. Assim, define Braga (2001, p.68):

O neocolonialismo, por tudo isso, deve ser entendido como uma resposta determinada do capital a sua crise. Resposta esta somada a outras, como a reestruturação produtiva em curso, e que se apresenta enquanto um movimento de contra-ofensiva social e ideológica, em escala mundial, disposto a transformar todo o mundo à sua imagem e semelhança: a barbárie social.

3.3 - Política Neoliberal

Nos países capitalistas da Europa e da América do Norte, logo após a 2ª Guerra Mundial, a partir de uma readaptação ao liberalismo clássico surgiu o neoliberalismo. Foi uma resposta ao Estado intervencionista e de bem-estar. Entre outras propostas desse novo modelo econômico em seu princípio está a livre iniciativa do mercado que por si regulamenta as ações da economia e por consequência orienta ideologicamente a sociedade que está inserida. Como afirma Anderson (1995, p.9):

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: "Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna”.

O poder dessa ideologia pós-capitalista que ganhou força entre as nações, participantes de uma economia de mercado forte, passou por uma nova etapa de sua afirmação na crise mundial do petróleo em 1973, quando o neoliberalismo ganhou força e seus defensores aproveitaram tal crise para reafirmar seus princípios. Nesse momento, os pensadores neoliberais proclamavam que um dos fatores para a crise que o mundo atravessava no início da década de 70 era fruto do poder dos operários e conseqüentemente do movimento sindical que reivindicava melhores salários e um aumento dos gastos sociais pelo Estado.

Na final da década de 70, mais precisamente em 1979, assumiu o governo do Reino Unido a primeira-ministra Margaret Thatcher, conhecida também como “Dama de ferro”, cujo mandato foi um dos mais duradouros, até 1990. Foi o primeiro caso de um grande país a assumir e implementar o programa neoliberal como base para sua administração e ideologia política. No ano seguinte, em 1980, distante da Europa, porém com ideais muito próximos de Thatcher, assumiu a presidência dos Estados Unidos o presidente Ronald Reagan, outro defensor da mínima intervenção do Estado na economia. A Alemanha como a maior economia da Europa e uma das maiores do mundo elege em 1982 o chanceler Helmut Kohl que entre tantas ações realizadas em seu mandato, que até hoje é recorde (1982-1998), foi fundamental para a unificação do país em 1989 e foi mais um que defendia o neoliberalismo.

Com exceção da Suécia e da Áustria quase todos os países da Europa Ocidental convergiram á direita e assumiram uma economia defendida por Hayek e na América do Norte os defensores desse ideal foram os Estados Unidos e o Canadá. Nesse período a intervenção militar no Afeganistão pela então União Soviética obrigou os Estados Unidos a colocar seus foguetes na Europa Ocidental com a missão de evitar o avanço do comunismo no velho continente. O ideal neoliberal se apoiou no pós-guerra como construção no anticomunismo e se fortaleceu nos países capitalistas da Europa nos anos 80.

No berço da economia neoliberal na Europa, a Inglaterra procurou aplicar todos os princípios dessa ideologia na sua forma mais pura da seguinte forma: diminuíram a emissão de moedas, elevaram os juros, baixaram radicalmente os impostos sobre os grandes

rendimentos, eliminaram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego substanciais, controlaram greves, formularam uma nova legislação anti-sindical e, principalmente, cortaram gastos sociais. Tudo isso para completar a cartilha neoliberal com certo atraso, pois ainda faltavam alguns ajustes, um grande programa de privatização, iniciando por habitação pública e chegando posteriormente a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água.

Na América do Norte, mais precisamente nos Estados Unidos, houve uma variação ou readaptação do neoliberalismo à sua realidade que, diferentemente do país europeu, não estava em um Estado de bem-estar. A corrida armamentista com a União Soviética pelo poderio militar foi uma estratégia para desestabilizar a economia do país e, principalmente, destruir o regime comunista presente naquela nação.

Com a unificação da Alemanha e o desmantelamento da União Soviética, o ideal neoliberal avança no leste europeu e, em meados da década de 80, chega na América Latina tendo seu laboratório de experimentações no Chile sob a ditadura de Augusto Pinochet, que iniciou sua cartilha de maneira cruel: desregulamentação, desemprego em massa, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos mais ricos, privatização dos bens públicos. Todo esse *modus operandi* foi aos poucos avançando para todo continente americano com exceção de Cuba. As consequências dessa prática que fundamenta a governabilidade desses países, mostra sem dúvida que privilegiar o capital em detrimento do social causa um verdadeiro abismo de classes nessas sociedades. A vitória dessa ideologia em grande parte do planeta está de tal forma enraizada e condicionada que mesmo demonstrando ser uma prática desigual e passando por muitas crises, não se enxerga em um futuro próximo alguma alternativa. Nas palavras de Anderson (1995, p.14):

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes.

Para patrocinar essa política neoliberal que tem entre seus princípios a privatização dos serviços básicos que compõem o funcionamento e regulação de uma sociedade, estão os mais conhecidos: o FMI, o Banco Mundial (BIRD e AID) e o BID. Esses fundos ou grandes bancos alimentados principalmente pelo tesouro norte-americano procuram através desse dinheiro financiar

políticas públicas que vão orientar o funcionamento desses países que usam essa verba para bancar serviços que são de caráter do Estado. Porém essa verba é sempre liberada em condições sempre favoráveis aos donos do dinheiro que impõem verdadeiras cartilhas de comportamento ignorando qualquer princípio de individualidade dessas nações e sua sociedade. E mais uma vez o poder da lógica neoliberal alcança com seus tentáculos vários segmentos de uma sociedade. Assim Anderson observa (1995, p.10):

Ao mesmo tempo que o Bird e o FMI foram postos a serviço do modelo norte-americano de capitalismo, o Banco Mundial passou a ser visto como uma instituição dependente do Fundo e este, por sua vez, vinculou-se mais e mais às orientações do Departamento do Tesouro dos EUA. Uma receita universal foi então imposta aos países em desenvolvimento: privatização (das empresas públicas, terra, educação, saúde e segurança social), liberalização dos mercados, desregulamentação da economia, precarização do emprego, descaso de preocupações ambientais.

Nesse contexto onde o empréstimo para financiar políticas públicas está vinculado a determinadas ações uma dessas áreas atingidas nesse processo de captura da liberdade e construção da autonomia foi a educação.

4. AS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS

Para uma compreensão de como essas instituições financeiras internacionais foram criadas e seus objetivos, é importante uma descrição. Os textos sobre as instituições foram retirados dos sites oficiais e traduzidos literalmente. Assim elas se apresentam.

4.1 – Banco Mundial e sua história

Desde o início, em 1944, o Banco Mundial tem se expandido a partir de uma única instituição de um grupo estreitamente associado de cinco instituições de desenvolvimento. A nossa missão evoluiu a partir do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), como facilitador da reconstrução pós-guerra e de desenvolvimento para o mandato atual de redução da pobreza em todo o mundo, em estreita coordenação com os nossos afiliados, a Associação Internacional de Desenvolvimento, e outros membros do Grupo do Banco Mundial, a International Finance Corporation(IFC), e Agência Multilateral de Garantia de Investimento(MIGA) e o Centro Internacional para a Resolução de Disputas sobre Investimentos (ICSID).

Uma vez, tivemos uma equipe homogênea de engenheiros e analistas financeiros, com base exclusivamente em Washington, DC. Hoje, temos uma equipe multidisciplinar e diversificada que inclui economistas, especialistas em políticas públicas, especialistas do

setor e cientistas sociais e agora mais do que um terço do nosso pessoal é baseada nas representações nos países.

Reconstrução continua a ser uma parte importante do nosso trabalho. No entanto, no atual Banco Mundial, a redução da pobreza através de uma globalização inclusiva e sustentável continua a ser o objetivo principal do nosso trabalho.

O que fazemos

O Grupo Banco Mundial estabeleceu duas metas para o mundo a alcançar até 2030:

- Acabar com a extrema pobreza, diminuindo a percentagem de pessoas que vivem com menos de US \$ 1,25 por dia para não mais de 3%*
- Promover a prosperidade compartilhada, promovendo o crescimento da renda dos 40% para todos os países*

O Banco Mundial é uma fonte vital de assistência financeira e técnica aos países em desenvolvimento em todo o mundo. Nós não somos um banco no sentido comum, mas uma parceria única para reduzir a pobreza e apoiar o desenvolvimento. O Grupo Banco Mundial é composto por cinco instituições geridas por seus países membros.

Fundada em 1944, o Grupo do Banco Mundial tem sua sede em Washington, DC. Temos mais de 10.000 funcionários em mais de 120 escritórios em todo o mundo.

Produtos e Serviços Financeiros

Nós fornecemos empréstimos a juros baixos, créditos sem juros e doações aos países em desenvolvimento. Este suporte a uma ampla gama de investimentos em áreas como educação, saúde, administração pública, infra-estrutura, desenvolvimento do sector financeiro e privado, agricultura e gestão de recursos ambientais e naturais. Alguns dos nossos projetos são co-financiados com governos, outras instituições multilaterais, bancos comerciais, agências de crédito à exportação, e os investidores do setor privado.

Nós também fornecemos ou facilitamos o financiamento por meio de parcerias com fundos fiduciários de doadores bilaterais e multilaterais. Muitos parceiros pediram ao Banco para ajudar a gerenciar iniciativas que atendam às necessidades em uma ampla gama de setores e regiões em desenvolvimento.

Compartilhando Conhecimento Inovador

Oferecemos apoio aos países em desenvolvimento por meio de assessoria política, pesquisa e análise, e assistência técnica. O nosso trabalho de análise, muitas vezes está subjacente a financiamento do Banco Mundial e ajuda a informar o desenvolvimento de investimentos próprios países. Além disso, apoiamos o desenvolvimento de capacidades nos países em que atuamos. Também patrocinamos, anfitrião, ou participar de muitas conferências e fóruns sobre questões de desenvolvimento, muitas vezes em colaboração com os parceiros.

Para garantir que os países podem aceder a melhor experiência global e ajudar a gerar conhecimento de ponta, o Banco está constantemente procurando melhorar a forma como ele compartilha seus conhecimentos e se envolve com os clientes e o público em geral. Prioridades-chave incluem:

- *Resultado: Continuamos a aguçar nosso foco em ajudar os países em desenvolvimento entregar resultados mensuráveis.*
- *Reforma: Estamos trabalhando para melhorar todos os aspectos do nosso trabalho: como os projetos são concebidos, como a informação é disponibilizada (acesso à informação), e como trazer nossas operações para mais perto governos e comunidades de clientes.*
- *Desenvolvimento Aberto: Nós oferecemos uma gama crescente de livre, de fácil acesso as ferramentas, a pesquisa e o conhecimento para ajudar as pessoas a lidar com os desafios do desenvolvimento do mundo.*
- *Por exemplo, o site Open Data oferece acesso gratuito ao download, indicadores abrangentes sobre o desenvolvimento em países ao redor do globo. Fizemos também do Banco Mundial ao vivo discussões ao vivo aberto a participantes de todo o mundo, uma parte fundamental da nossa Primavera e reuniões anuais com o Fundo Monetário Internacional. .*

4. 2 - Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Apoiamos iniciativas de países da América Latina e Caribe para reduzir a pobreza e a desigualdade. Nosso objetivo é trazer desenvolvimento de uma maneira sustentável e que não cause prejuízos climáticos. Estabelecidos em 1959, somos a maior fonte de financiamento para o desenvolvimento na América Latina e Caribe, com um forte compromisso de obter resultados mensuráveis, maior integridade, transparência e responsabilização. Temos um programa de reformas em andamento que visa a aumentar nosso impacto no desenvolvimento na região. Embora sejamos um banco normal em muitos sentidos, somos diferenciados em alguns aspectos fundamentais. Além de empréstimos, também oferecemos doações e assistência técnica e realizamos pesquisas. Nossos acionistas são 48 países membros, entre eles 26 membros mutuários da América Latina e Caribe que têm participação majoritária no BID. O nosso Fundo para Operações Especiais (FOE) fornece financiamento concessional para os países membros mais vulneráveis. Devido à nossa base de acionistas e à gestão prudente, temos uma posição financeira forte. Como resultado, o BID é capaz de tomar empréstimos em mercados internacionais com taxas competitivas e transferir esse benefício a nossos clientes em 26 países da América Latina e Caribe.

O que fazemos

Em parceria com seus clientes, o BID trabalha para eliminar a pobreza e a desigualdade e promover o crescimento econômico sustentável.

O Banco auxilia os clientes na elaboração de projetos e oferece financiamento, assistência técnica e conhecimentos para apoiar intervenções de desenvolvimento. O BID utiliza dados empíricos para tomar decisões e medir o impacto desses projetos, buscando aumentar sua eficácia no desenvolvimento. O BID empresta a governos nacionais, provinciais, estaduais e municipais, bem como a empresas do setor privado. Organizações da sociedade civil também são elegíveis para financiamentos do BID. Para aumentar a conscientização sobre problemas sociais, o BID apóia Campanhas que promovam mudanças em áreas essenciais, como tráfico humano e participação dos jovens no desenvolvimento.

4.3 - FMI

História

O FMI tem desempenhado um papel na formação da economia global desde o fim da II Guerra Mundial.

À medida que a Segunda Guerra Mundial termina, o trabalho de reconstruir as economias nacionais começa. O FMI está encarregado de supervisionar o sistema monetário internacional para garantir a estabilidade da taxa de câmbio e incentivar os membros a eliminação das restrições cambiais que dificultam o comércio.

Depois que o sistema de taxas de câmbio fixas colapso em 1971, os países são livres para escolher seu arranjo troca. Choques do petróleo ocorrer em 1973-74 e 1979, eo FMI entra em cena para ajudar os países a lidar com as consequências.

Os choques do petróleo levar a uma crise da dívida internacional e do FMI auxilia na coordenação da resposta global.

O FMI tem um papel central em ajudar os países da ex-bloco soviético transição do planejamento central para as economias orientadas para o mercado.

As implicações do aumento contínuo dos fluxos de capitais para a política económica e da estabilidade do sistema financeiro internacional ainda não são totalmente claras. A atual crise de crédito e o choque de preços dos alimentos e do petróleo são sinais claros de que novos desafios para o FMI estão à espera ao virar da esquina.

Missão fundamental do FMI é ajudar a garantir a estabilidade no sistema internacional. Fá-lo de três formas: mantendo o controle da economia global e as economias dos países membros; empréstimos a países com dificuldades de balança de pagamentos; e dando ajuda prática para os membros.

O FMI supervisiona o sistema monetário internacional e monitora as políticas económicas e financeiras dos seus membros. Ele mantém o controle da evolução económica a nível nacional, regional e global, consultando regularmente com os países membros e proporcionando-lhes assessoria política macroeconómica e financeira.

Para ajudar os países de renda média e baixa, principalmente na gestão eficaz das suas economias, o FMI fornece orientação prática e treinamento sobre como atualizar as instituições e políticas adequadas de projeto macroeconômico, financeiros e estruturais.

O FMI concede empréstimos aos países que têm dificuldade em atender os seus pagamentos internacionais e não pode de outra maneira encontrar financiamento suficiente em termos acessíveis. Esta assistência financeira é projetada para ajudar os países a restaurar a estabilidade macroeconómica através da reconstrução de suas reservas internacionais, estabilizar suas moedas, e pagar para as importações de todas as condições necessárias para o relançamento do crescimento. O FMI também oferece empréstimos concessionais para os países de baixa renda para ajudá-los a desenvolver suas economias e reduzir a pobreza.

5. – Neoliberalismo e Educação

A questão financeira se sobrepõe a qualquer outro tipo de preocupação, quando se trata de uma economia neoliberal, presente na maioria dos países do planeta. Seguindo essa lógica de financiamento desse modelo, a educação não poderia passar despercebida, afinal em uma sociedade que se movimenta pelo consumo, seus indivíduos devem preocupar-se em acumular bens para viver e ser aceito nela. Então nada mais lógico que condicionar financiamentos para países dispostos a aceitar essa condição e fazer o que for necessário para existir nesses termos. Com a forte presença da economia neoliberal implantada nos países da América Latina mais fortemente no começo dos anos 80, os Estados Unidos começam a financiar programas em várias áreas nessas nações e se detém mais especificamente na educação, onde é campo fértil para uma doutrinação. Segundo Leher (1999, p. 20):

Como assinalado por Berle, um dos mais próximos colaboradores de Nelson Rockefeller e importante conselheiro de Kennedy e Johnson, na América Latina o campo de batalha é pelo controle da mente do pequeno núcleo de intelectuais, dos educados e dos semieducados”. A estratégia é conseguir a dominação através dos processos educacionais.

Nesse momento é tamanha a importância da questão de como as políticas-educacionais vão se desenvolver nos países da América Latina que os Estados Unidos se movimentam dentro do centro de poder na Casa Branca para tratar dessa metodologia condicionada ao financiamento. A troca de comandos de seus ministros para se estabelecer uma ideologia a ser implementada nessa região faz o poder se deslocar para uma prioridade ideológica. Na opinião de Leher (1999, p. 20):

É neste contexto que Robert S. McNamara deixa o Departamento de Defesa para presidir o Banco Mundial. A partir deste novo quadro, a educação é cada vez melhor situada na escala de prioridades do Banco. Para a análise dos motivos destas mudanças e dos propósitos da política educacional do Banco Mundial, pelo menos três indagações são necessárias:

- O que pretende o Banco Mundial ao determinar as diretrizes da política educacional dos países periféricos?
- O que faz o Banco para determinar essas diretrizes?
- Em que termos a ideologia da segurança está sendo transposta para estes países?

O Banco Mundial antes preocupado no financiamento de outros setores da economia dos países periféricos, agora se atém em uma forma de garantir a implementação através da doutrina ideológica e a segurança do neoliberalismo como única forma de organizar uma economia: a educação. Quando o governo norte-americano estabelece prioridade na questão educacional, sabe que se uma sociedade não está devidamente capturada e anestesiada conforme sua ideologia da livre ação do mercado, essa perspectiva corre perigo e todo esforço é importante. Nas palavras de Leher (1999, p.23):

Como as novas áreas de atuação da instituição estão sujeitas a maior grau de incerteza do que os tradicionais investimentos em infraestrutura, o Banco promoveu mudanças organizacionais importantes, ampliando o seu corpo técnico, transformando-se no maior centro mundial de informações a respeito do desenvolvimento. Com base nessas informações, o organismo passou a ter maior controle sobre os países tomadores de empréstimos. Para isso, modificou o escopo dos projetos, ampliando-os para programas (muito mais complexos e abrangentes, incidindo, sobre setores vastos como a educação), tornando mais rígidas as *condicionalidades*.

As instituições de financiamento internacionais como o Banco Mundial, por exemplo, foram de vital importância para implementação dos ideais neoliberais nos países que de forma incondicional, em busca de financiamento submeteram seus princípios e soberania aos caprichos do poder monetário. A organização desse plano de distribuição de dinheiro para países em dificuldades se estendeu para além do plano econômico dessas nações, envolveu uma reforma estrutural que as nações endividadas foram obrigadas a realizar. Sem esse ajuste imposto de forma unilateral, os países endividados ficariam vulneráveis e em um sistema de

acumulo e gerenciamento da ordem monetária estariam a beira de um colapso que arrastaria todo um sistema que se equilibra nas transações. Assim descreve Leher (1999, p. 23):

O Banco abraçou o ideário neoliberal e, diante da vulnerabilidade dos países endividados, impôs drásticas reformas liberais (ajuste e reforma estruturais). Esta crise colocou o Banco Mundial diante de novos desafios, propiciando condições excepcionais para o exercício de seu poder. No contexto da crise estrutural o Banco pôde impor condicionalidades com uma abrangência inédita.

Nessa era da economia neoliberal enraizada em todo um processo de transformação onde se faz presente, em quase todos os países, a educação é tratada como mais uma parte dessa engrenagem. Não é exagero nesse processo todo tratar a educação como uma simples mercadoria, onde os gerentes são mais importantes que os educadores. Para Leher (1999, p. 25):

Nesta “nova era”, conforme o editorialista da revista *Fortune*, Thomas A. Stewart, “o conhecimento se converteu no fator de produção mais importante” de um pouco preciso “capitalismo intelectual” que teria sucedido ao capitalismo industrial. Nesta “nova era do capitalismo, o principal capital é o intelectual” e, por isso, a educação, na condição de capital, tornou-se assunto de *managers* e não mais de educadores.

Não se enxerga nesse tipo de economia uma educação que possa sensibilizar o indivíduo para estabelecer parâmetros do que está além daquilo que se estabelece como verdade. Como o senhor das ações dessa sociedade do acúmulo de capital, nada mais apropriado que dominar o pensamento e eliminar qualquer tipo de questionamento a respeito do *status quo*. As escolas nessa lógica estão condicionadas a liberação de verbas de acordo com o ranqueamento estabelecido pelo governo, que por sua vez também fazem o mesmo em relação aos órgãos de financiamento internacional.

Quando esse processo de educação se efetiva como uma verdade fica evidente que o aluno ao sair da escola está preparado principalmente para satisfazer seu verdadeiro mestre; o mercado. Segundo Macedo & Medeiros (2011, p.156):

É neste cenário de inovações tecnológicas, globalização, era da informação e bases neoliberais que a educação divide seus ideários, que por não ser um fenômeno neutro sofre as influências da sociedade na qual está inserida, sendo conclamada como um dos instrumentos necessários à formação do indivíduo polivalente e apto a atender as necessidades emergentes do sistema que orienta o modo de produção.

Os programas educacionais dos governos neoliberais estão todos amarrados a lógica de preparar o aluno para trabalhar e fazê-lo acreditar que sua formação já foi o mais alto patamar que pode alcançar. Geralmente essa preparação se restringe aos cursos técnicos onde

a todo o momento são vinculadas na mídia que existe a necessidade desse profissional e é aí que o indivíduo está capturado. Para Macedo & Medeiros (2011, p.157):

A educação deixa de ser um espaço de formação crítica e consciente, dando espaço ao adestramento de pessoas para o exigente mercado de trabalho. E o educador tem seu papel modificado, sendo então, nas palavras de Saviani (2007), o treinador que procura convencer sujeitos a qualificarem-se de acordo com as necessidades ditadas por aquele.

A iniciativa de estabelecer metas que serão exportadas para as nações periféricas que estão precisando do dinheiro para financiar suas políticas públicas, não se restringe aos governos. Em várias ocasiões conferências de repercussão mundial são organizadas com propostas muitas vezes com uma roupagem nova e aparentemente preocupadas com o indivíduo. Na verdade quando se observam os resultados e principalmente os organismos que patrocinam esses eventos, o real motivo dessas reuniões ficam mais claros. Em um desses eventos de repercussão internacional em 1990 e que balizou políticas educacionais em nações que experimentavam a experiência da economia neoliberal em uma adaptação ao continente latino americano. Entre os dias 5 a 9 de março de 1990 na Tailândia foi organizada a histórica Conferência de Jomtien que após muitas discussões estabeleceu metas que seriam seguidas pelos países obedientes a cartilha das grandes instituições e patrocinada entre outros pelo Banco Mundial. Os resultados e conclusões dessa iniciativa apenas reforçaram ideais e pensamentos que ganharam terreno com a vitória do modelo neoliberal da economia. Assim opinam Macedo & Medeiros (2011, p. 158):

A educação também passou a ser influenciada e deveria seguir as propostas dos organismos internacionais. Na mesma década de 1990 realizou-se a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (Tailândia), da qual participaram 155 países que firmaram o compromisso de garantir uma educação básica de qualidade a crianças, jovens e adultos.

Com toda essa perspectiva da educação nos países de economia neoliberal de essencialmente formar o indivíduo para o mercado de trabalho e embutir nele a satisfação de conseguir um emprego em uma sociedade de consumo, qual a função do professor nessa lógica?

Certamente se não existir alternativa a esse modelo, e no momento não há, apesar da crise que enfrenta, o educador fica refém do poder. Afirma Saviani (2007, p. 439):

Neste contexto o educador, como tal, é ofuscado, cedendo lugar ao treinador: a educação deixa de ser um trabalho de esclarecimento, de abertura das consciências, para tornar-se doutrinação, convencimento e treinamento para a eficácia dos agentes que atuam no mercado.

A educação na era no neoliberalismo está intrinsecamente vinculada às leis que compõem o ideal neoliberal em sua essência. Esses fundamentos que afirmam basicamente uma intervenção mínima do Estado e a direção da sociedade nas mãos do mercado só pode se desvincular desse processo com outra alternativa. Sem esse outro caminho que ainda não foi descoberto apesar da fadiga e muitas crises, a formação do indivíduo para pensar, além disso, ainda está distante. Sem a ruptura do modelo que prevalece em quase todas as nações e principalmente outra saída dificilmente o educador vai conseguir fugir dessa tarefa de mais um na engrenagem do mercado.

6. A EUROsociAL

A EUROsociAL é um Programa de Cooperação Euro-Latino-Americana para a coesão social. O objetivo geral é, por conseguinte, contribuir para o aumento da integração entre países da União Européia e da América Latina. Seu objetivo específico é o de apoiar as políticas nacionais para melhorar os níveis de coesão social, além do fortalecimento das instituições que administram esses países.

Segundo o texto institucional da própria EUROsociAL, este é um ambicioso programa de cooperação, que visa não só criar e apoiar um diálogo político entre União Européia e América Latina em torno da coesão social, mas ir além, através de contribuições concretas para os processos de desenvolvimento nacional local, e da reforma ou implementação de políticas públicas. Ainda segundo o texto oficial, o principal instrumento desse programa é a troca de experiências e aprendizagem para que, entre instituições semelhantes se abordem problemas semelhantes. Dessa forma, a EUROsociAL se apresenta como um programa inovador e complexo que requer trabalho para além do quadro tradicional de soluções tecnicistas.

O programa nasceu no âmbito da Cúpula de Guadalajara 2004, onde os Chefes de Estado da América Latina, Caribe e da União Européia reiteraram “o compromisso com a promoção e a proteção de todos os direitos humanos - civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, inclusive o direito ao desenvolvimento - e das liberdades fundamentais” (Declaração de Guadalajara).

As ações nos vários países envolvidos consistem basicamente no compartilhamento de experiências sobre problemas de uma mesma temática. Em alguns casos, um grupo de nações pode desenvolver um trabalho conjunto através da EUROsociAL.

Metodologicamente, a aprendizagem entre pares é o instrumento utilizado pela EUROsociAL para cumprir seus objetivos e realizar as ações. O compartilhamento de problemas e desafios entre as instituições públicas, ou seja, os "pares", colegas de diferentes países, não só determina o próprio programa de atividades, pois é central para a sua execução (consultores e outros tipos de assistência técnica entre as instituições públicas); e procura ampliar seu monitoramento e avaliação (avaliações pelos pares).

Essa ferramenta é a chamada "troca de experiências", ou seja, a troca de boas práticas entre as instituições públicas para apoiar as reformas e a sua implementação. Essa "troca de experiências" pode assumir diferentes formas, tais como aconselhamento, reuniões, visitas de estudo, estágios ou reuniões de trabalho, entre outros. Combinando várias dessas ferramentas ou atividades, então forma-se um roteiro de ação, visando atingir resultados esperados. Dessa forma, a EUROsociAL facilita essas trocas entre instituições públicas na América Latina e Europa e promove atividades realizadas entre os países latino-americanos, visando aumentar a cooperação entre pares (países latino-americanos), chamados no texto oficial de "cooperação sul-sul", mas levando em consideração a diversidade e heterogeneidade dos países envolvidos.

Nesse sentido, a EUROsociAL se diz não ser um programa assistencialista, mas um programa de acompanhamento das políticas públicas, com impacto a médio e longo prazo.

O programa tem foco em resultados claros e precisos, concentrando seus recursos nas ações suscetíveis de gerar maior impacto. Um dos pontos destacados por seus idealizadores é a intersectoralidade, ou seja, a organização em torno de áreas temáticas do programa, direcionando os esforços para promover ações transversais.

Dessa forma, o programa trabalha para promover a interação entre diferentes áreas do conhecimento, assumindo Às vezes, o papel de catalisador na coordenação e promoção da base de atores. Outro valor destacado nas descrições do programa é a sua dimensão regional, que deve buscar, tanto quanto possível, favorecer trabalho de equipe entre os países, onde os parceiros de diferentes setores trabalham na busca de um objetivo comum.

A primeira fase da EUROsociAL (2005-2010) fez progressos importantes na implementação de políticas para melhorar a coesão social; sua implementação foi atribuída a um consórcio liderado pela Fundação Internacional e Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas (FIIAPP) e concentrou suas atividades em cinco áreas: educação, emprego,

impostos, justiça e saúde. Entre as conquistas da EUROsociAL está a contribuição para a criação de um espaço de debate e reflexão sobre as políticas que contribuem para a coesão social. Através de palestras, visitas de estudo, intercâmbio de experiências, ações de assistência técnica e projetos-piloto, os gestores políticos e funcionários dos governos de países da América Latina e da Europa tiveram a oportunidade de compartilhar experiências de intercâmbio entre as administrações públicas.

Iniciada em 2010, a segunda fase do programa, a EUROsociAL II, perseguiu os mesmos objetivos da primeira fase, mas levou em consideração, além da Cúpula de Guadalajara (2004), as Cúpulas de Viena (2006), Lima (2008) e de Madrid (2010). Sua implementação foi atribuída a um consórcio liderado pela I+D+i (Espanha) 2 e composto por parceiros de 7 países, sendo 4 europeus: GIZ da Alemanha, FEI da França, Lila da Itália e I+D+i da Espanha; e 3 latino-americanos: APC da Colômbia, ENAP do Brasil, e SICA de El Salvador. No entanto, o planejamento das ações foi feito de acordo com as prioridades das instituições latino-americanas.

Um elemento estratégico é incorporado à EUROsociAL II: um Conselho composto por quatro representantes da CE (Comissão Europeia) e três organizações internacionais (CEPAL, Centro de Desenvolvimento da OCDE e Fundação UE-ALC).

Estrategicamente, uma das conquistas da EUROsociAL era para ajudar a instalar o tema da coesão social nas agendas nacionais de desenvolvimento, e criar um espaço de debate e reflexão em torno de políticas que contribuam para a coesão social. A EUROsociAL II quis manter, nutrir e consolidar o diálogo euro-latino-americano política especial para a coesão social, mas também ir mais longe e contribuir para os processos operacionais de reformas políticas empreendidas pelos governos. Isto significa apoiar questões estratégicas para a coesão social nas agendas governamentais em suas fases de concepção e de reforma, mas também para apoiar até mesmo pequenas alterações na gestão, que muitas vezes são de grande importância para a boa execução das políticas.

É importante ressaltar que essa segunda fase, a EUROsociAL II está concluída (2010-2014).

A última Cúpula da CELAC (Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos) e UE, realizada em Santiago, Chile, em janeiro de 2013, reforçou o papel da EUROsociAL como um instrumento de diálogo para promover a coesão social. O Plano de Ação de Santiago promove a dissociação entre as administrações públicas da UE e da ALC (América Latina e Caribe).

6. 1 - Princípios da EUROsociAL

Como programa de cooperação regional para acompanhamento de políticas públicas, a EUROsociAL considera as prioridades definidas pela comunidade internacional e trabalha de acordo com determinados princípios, incluindo os princípios apresentados na Declaração de Paris, a agenda de Accra e, mais recentemente, a aliança de Busan.

Conceitualmente, em sua primeira fase, o programa (EUROsociAL I), tendo como referência as definições da CEPAL, do Conselho da Europa ou do BID, produziu um quadro conceitual, operacional e prático que permitiu atividades estrutura em torno de três princípios inter-relacionados:

Eixo 1: ACESSO: "O acesso ao bem-estar, igualdade de oportunidades, sem discriminação";

Eixo 2: ESTADO: "O Estado, políticas públicas sustentáveis para a coesão social";

Eixo 3: CIDADANIA: "uma cidadania ativa que gera sentido de pertencimento, identidade e segurança".

6. 2 - Áreas de atuação da EUROsociAL

SAÚDE

O programa apoia medidas que promovam a equidade na saúde, observando essa equidade no acesso aos serviços, no acesso aos medicamentos e a disponibilidade de recursos humanos.

POLÍTICA SOCIAL

É uma das principais áreas temáticas do programa e que visa também melhoras nas áreas de emprego, educação, justiça e finanças.

EMPREGO

A EUROsociAL está apoiando duas questões-chave relacionadas com a articulação das políticas de emprego e de educação: em primeiro lugar, a adoção de novos modelos e ferramentas para gestão mais eficaz de políticas ativas de emprego, e em segundo, a consolidação dos sistemas nacionais de qualificação profissional.

FINANÇAS PÚBLICAS

As finanças públicas estão no núcleo de um modelo inclusivo de desenvolvimento para os países da América Latina. O programa está tentando fortalecer os vínculos entre as questões de planejamento, orçamento e avaliação, bem como promovendo iniciativas para o aumento da receita pública.

INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Nos últimos anos, a América Latina tem avançado de maneira notável em colocar o problema da corrupção nas agendas governamentais. Neste sentido a EUROsociAL trabalha unindo esforços para alcançar uma maior colaboração da sociedade na prevenção e percepção de casos de corrupção.

DIÁLOGO SOCIAL

O programa trabalha no fortalecimento de Conselhos Sociais Econômicos dos países envolvidos e promove a comunicação entre eles.

JUSTIÇA

A EUROsociAL atua nessa área com foco de atenção em situações de vulnerabilidade: mulheres vítimas de violência de gênero, pessoas pertencentes a comunidades indígenas ou nativas, negros afro-americanos, idosos, pessoas situação de invalidez ou excepcionalidade psicossocial, pessoas privadas de liberdade, entre outros grupos. E sempre com o objetivo de ajudar as pessoas dentro desses grupos a superar os obstáculos para o acesso à justiça e resolver de forma mais ágil e eficaz possível os conflitos.

SEGURANÇA PÚBLICA

O programa trabalha na implementação de políticas públicas de prevenção à violência, com especial ênfase na violência juvenil.

A EUROsociAL também atua na área de Educação, que será detalhada no tópico a seguir.

6.3 - EUROsociAL na Educação

A educação é uma das áreas temáticas EUROsociAL e está associada muito diretamente à melhoria da coesão social, pois as políticas educacionais influenciam o desenvolvimento das capacidades sociais. Neste sentido, o programa busca ampliar o acesso

ao bem-estar e igualdade de oportunidades, e ajudar a reduzir as lacunas; nomeadamente através da expansão da rede escolar.

Nos últimos anos, as leis de educação promulgadas na maioria dos países latino-americanos mostram um progresso significativo em relação às disposições sobre direitos na educação pública e na educação inclusiva. No entanto, eles ainda enfrentam grandes dificuldades na tradução política em práticas pedagógicas que levam à aplicação efetiva desses direitos. Essas dificuldades são particularmente evidentes no ensino secundário, que não experimentou uma melhoria significativa nos indicadores quantitativos e qualitativos, a diferença do que aconteceu com o ensino primário. O problema do ensino médio é de fato um dos pontos críticos dos sistemas de ensino, pois as taxas de capacidade de retenção (permanência) e conclusão de curso permanecem baixas. Portanto, o maior desafio que os países da região enfrentam é a permanência no ensino secundário, bem como a criação de condições melhores para a inclusão dos alunos no mercado de trabalho em seus países.

O programa busca trabalhar esta problemática e tem como objetivo apoiar a luta contra o insucesso escolar e abandono escolar no ensino secundário.

As ações do programa consistem em:

1. Reforço das políticas e estratégias de permanência no ensino obrigatório e criação de dispositivos para melhorar a organização de um sistema de alerta precoce para facilitar o acompanhamento e apoio à vida escolar;
2. A definição ou melhoria dos modelos pedagógicos e de organização institucional para melhorar os processos de aprendizagem dos alunos;
3. A construção de argumentos econômicos sólidos (análise custo-benefício) para a justificação das mudanças técnicas e organizacionais, pedagógicas assegurando a permanência dos alunos
4. Disseminação e construção de espaços transversais, permitindo uma melhor abordagem para combater o abandono escolar. Este último é totalmente justificado pelo contexto social, muitas vezes marcado por uma profunda desigualdade que ocorre. Em muitos casos, a integração escolar acaba sendo insuficiente para reverter os processos de isolamento, marginalização e negação de direitos; e é necessária uma abordagem intersectorial.

7 - ANÁLISE

Para a análise, levaremos em consideração os princípios enunciados na Declaração de Guadalajara, que se constituiu em 2004 durante a cúpula dos chefes de Estado da América

Latina, Caribe e União Européia, pois desse encontro foi alicerçada as bases para a construção do programa EUROsociAL. O compromisso dos chefes de estado é demonstrado no trecho a seguir que foi extraído do próprio documento:

Nós, os Chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe e da União Européia, reunidos em Guadalajara, México, em 28 e 29 de maio de 2004, reiteramos nosso compromisso com a consolidação da parceria estratégica bi-regional aprovada no Rio de Janeiro em 1999.

Damos as boas-vindas aos Chefes de Estado e de Governo dos dez novos Estados Membros da União Européia, importante contribuição ao fortalecimento de nossa parceria, que agora inclui mais de um quarto das nações do mundo.

Portanto os princípios declarados naquela ocasião são as metas almeçadas por esse programa de cooperação. Para contemplar essa perspectiva de entender todos seus objetivos desde sua concepção chegando a prática, é fundamental esmiuçar momentos relevantes desse documento fundamental para constituição do corpo constituído nessa lógica da descoberta. Quando partimos para um olhar que procura enxergar além de simples palavras, procuramos nas entrelinhas o significado de um discurso que carrega toda uma história e clarear seu significado para um entendimento mais puro.

É sabido que toda elaboração de um texto possui um significado que carrega toda uma ideologia histórica-social construída nas relações de troca na sua criação para sua finalidade específica. Sem esse recurso que nos apropria de uma lupa, corremos o risco de uma leitura literal, ou seja, lemos sem enxergar que é o mesmo quando apenas escutamos alguém sem prestar atenção. Quando isso acontece escutamos sem ouvir, e na escrita, lemos sem entender. Esse tipo de abordagem se faz necessário ao passo que entre muitos discursos proferidos e textos embelezados por palavras complexas, pode escapar a dolosidade de uma ideologia mascarada de poema. Para compreender as intenções por traz do discurso, alguns tópicos da declaração de Guadalajara de 2004 foram selecionados.

Na verdade, de um total de 101 (cento e um) tópicos que compõem esse documento foram selecionados 8 (oito) para essa análise. Esses trechos selecionados estão relacionados a temática da presente pesquisa: neoliberalismo e a educação na EUROsociAL. Cada trecho será analisado procurando identificar o posicionamento da cúpula dos chefes de Estado em relação ao neoliberalismo e como essa visão interfere nos princípios declarados. A numeração dos trechos foi mantida apenas para localizar em que posição eles aparecem no documento original. A análise e os comentários serão feitos após os trechos selecionados.

45. Destacamos a importância de cumprir plenamente, e em todos seus aspectos, os compromissos assumidos na Conferência de Monterrey sobre o Financiamento do

Desenvolvimento. Fazemos um apelo à comunidade internacional para que apoie nossos esforços nacionais para melhorar a coesão social. Promoveremos a cooperação nos campos das políticas sociais, migração, acesso efetivo aos mercados baseado em regras estáveis, assim como no do melhor acesso ao financiamento externo. As Instituições Financeiras Internacionais, o Sistema das Nações Unidas, os parceiros econômicos bilaterais e os doadores devem levar em consideração essas prioridades em seus programas.

Com o objetivo de cumprir todos os compromissos, principalmente no que se refere financiamento para políticas de cooperação e coesão são expressas várias alternativas para a obtenção dessas verbas. Esse dinheiro poderá chegar através de parceiros que não podem deixar essas políticas sociais desamparadas, ou seja, um direcionamento deve existir.

As instituições financeiras internacionais, claramente ligadas a ideologia neoliberal são abertamente mencionadas para disponibilizar dinheiro para financiar políticas de coesão social, em uma contradição com seu objetivo que é o lucro. Quando observamos esse tipo de discurso, onde se coloca a questão de parcerias entre grandes instituições internacionais para um programa social, fica evidente que uma das partes não será contemplada. O dinheiro só será disponibilizado mediante várias exigências que certamente não causarão nenhum prejuízo ao banco, portanto um financiamento privado para um programa de coesão social e cooperação será carregado de uma contra partida puramente econômica.

49. Damos prioridade à coesão social como um dos principais elementos de nossa parceria estratégica bi-regional e nos comprometemos a cooperar para erradicar a pobreza, a desigualdade e a exclusão social. Fazemos um apelo à Comissão Européia, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ao Fundo Monetário Internacional, ao Banco Europeu de Investimentos e ao Banco Mundial para que contribuam para se atingir este objetivo.

Nesse segmento observamos toda a intencionalidade da ideologia do discurso que construiu as bases da EUROsociAL. Aqui os objetivos são os mais nobres possíveis, tendo a erradicação da pobreza como o foco principal, além do fim da pobreza e da exclusão social. Tudo isso depende também de um financiamento para colocar em prática essa política que a princípio visa à diminuição da desigualdade entre os povos e uma melhor distribuição de renda e oportunidades.

Porém ao se observar a quem se recorre para que esse dinheiro seja disponibilizado, percebemos as instituições mais ligadas exatamente as políticas de financiamento da ideologia

neoliberal nos países da América Latina, além de outras nações pelo mundo. São convocadas a cooperar para ajudar os países necessitados, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. Todas essas instituições sem exceção, historicamente estão ligadas ao financiamento e ao empréstimo de recursos a países que são obrigados a seguir uma cartilha que ordena uma grande reestruturação em todas as áreas nessas nações. Quem deseja o financiamento de recursos dessas instituições é obrigado a transformar sua política econômica, para aquela onde o Estado deve pouco se intrometer e deixar que o mercado tome as rédeas em sua condução.

50. Resolvemos dar às questões sociais maior proeminência entre as prioridades de nossa cooperação bi-regional. Nesse contexto, acolhemos com satisfação a adoção do programa EUROsociAL, cujo objetivo é o de promover intercâmbio, entre ambas as regiões, de experiências, conhecimento especializado e boas práticas no campo social, especialmente nos setores educativo e de saúde, fundamentais para aumentar a coesão social.

Podemos perceber que nesse momento a questão do intercâmbio é bem ressaltada, a princípio a troca de experiências é fundamental para que esse programa se efetive. Porém fica uma inquietação nesse discurso: como se realiza essa troca de experiências? Será que a Europa adota de alguma forma procedimentos ou ações encontradas na América latina? Essa troca de experiências é bi-lateral? Enquanto a adoção de experiências de países europeus por parte da América latina, o contrário também ocorreria? Ou a palavra “intercâmbio” apenas camuflaria uma ação unilateral? A declaração não especifica se esse intercâmbio de boas práticas se efetiva de maneira equitativa.

Pelo contexto, o que parece é que os países europeus apresentariam suas experiências como uma forma de solucionar os problemas dos países latino-americanos. No entanto devemos considerar que os problemas na América Latina são distintos dos problemas enfrentados pela União Européia, pois o surgimento dessas questões se dá em contextos diferentes. Na declaração de Guadalajara não fica claro se o enfrentamento desses problemas levará em conta as peculiaridades dos países latino-americanos.

57. Ressaltamos a importância do papel do Banco Europeu de Investimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco de Desenvolvimento do Caribe, Corporação Andina de Fomento, Banco Centroamericano de Integração Econômica e

outros bancos regionais em apoiar o investimento produtivo, sobretudo para a promoção do desenvolvimento sustentável e da integração de infra-estruturas regionais. Nesse sentido, reconhecemos igualmente a relevância do Banco Mundial.

Mais uma vez observamos a grande importância da colaboração da parceria entre o programa de cooperação e coesão social e as instituições que representam a economia neoliberal em seu sentido mais puro: Banco Mundial. A todo o momento nos trechos que ratificam essa elaboração da institucionalização, percebemos que aqueles pioneiros nos processos de implementação da economia de acumulo de capital, são conclamados a cooperar. Fica estampada a importância desses organismos internacionais que representam uma ideologia nem sempre ou quase nunca preocupada no bem-estar da população presente nessa sociedade. Com uma representação nessa perspectiva, percebemos um pedido de ajuda àqueles que não se interessam na questão da situação em que se encontram os beneficiados, ou seja, seus objetivos são completamente opostos.

70. Empenhar-nos-emos para encontrar uma solução eficaz, justa e duradoura para o problema da dívida que afeta os países da América Latina e do Caribe, que leve em conta as metas prioritárias de desenvolvimento econômico e social dos países envolvidos, ao mesmo tempo em que essa solução deve ser congruente com os princípios de equidade e justiça social e apóie a erradicação da pobreza, da fome, do desemprego e da exclusão social.

Aqui as intenções são para a busca da resolução das questões que afetam principalmente os países da América Latina e do Caribe em várias áreas, principalmente a financeira. Esse problema, segundo o documento de Guadalajara deverá ser equacionado, sem esquecer das questões sociais para sua real efetivação. Uma proposta de prática para sua implementação não é mencionada nesse tópico ou seja apenas sugere o que fazer mas não de que forma. Se pensarmos em outros tópicos já mencionados, vamos compreender que na questão do financiamento para a realização desses programas, as instituições envolvidas são sempre comprometidas com o condicionamento do empréstimo a uma ideologia do capital em detrimento do social.

Quando é mencionado que essas nações devem procurar uma solução justa, eficaz e duradoura para o problema da dívida, eles não estão propondo uma independência em relação as instituições financeiras internacionais. Pelo contrário, em outros trechos do documento, a importância dessas instituições é exaltada.

Por isso quando são descritos objetivos como os que aparecem nesse momento, onde se procura buscar uma solução que contemple questões tão importantes e difíceis, é fundamental se atentar como isso será construído para não cair em um perigoso discurso vazio.

84. Reiteramos a importância da cooperação entre a América Latina e o Caribe e a União Europeia na luta contra a pobreza e no cumprimento das metas de desenvolvimento e coesão social e reiteramos nosso compromisso, adotado na Cimeira de Madri, de se intensificar a cooperação entre nossas duas regiões, que desempenha papel crucial na consolidação de nossa parceria estratégica.

Neste ponto da declaração está demonstrada uma real preocupação com problemas de cunho social. Existe uma grande vontade em combater a pobreza e também conforme expresso em outros momentos da declaração, há uma intenção no sentido de melhorar o acesso da população a serviços públicos como: educação, saúde, justiça entre outros. Ficam claras as palavras da declaração, somente com uma cooperação efetiva para a resolução desses problemas e a união entre os envolvidos, essa parceria será consolidada. Da mesma forma como em outros trechos, uma maneira prática de ser efetivada essas ações não é indicada e tampouco uma iniciativa.

89. Concordamos em prolongar até 2008 o Plano de Ação 2002-2004 para Construir um Espaço Comum de Educação Superior entre a América Latina e o Caribe e a União Europeia. Os países participantes fazem um apelo aos outros países em ambas as regiões para que se unam a fim de assim contribuírem para a melhoria da qualidade do ensino superior. Convidamos os ministros correspondentes a que se reúnam em 2004 para conceber programas, projetos e ações para o Plano de Ação 2004-2008. Pedimos-lhes que considerem, conforme o caso, as propostas feitas pelas instituições de nível superior e pelas associações e redes universitárias.

A questão da educação superior nessa passagem da declaração é muito vaga, é mencionada a melhoria da qualidade do ensino superior porém não definem quais são os parâmetros que se buscam para alcançar essa melhoria. O que se observa aqui é apenas um convite para os ministros responsáveis nessa área, se reúnam para uma discussão e elaboração de um documento. Nesse encontro seriam discutidas ações e metas que em conjunto deveriam ser efetivadas após a elaboração desse documento. Não existe nenhuma proposta ou intencionalidade em relação a que tipo de educação será proposta para essa reunião, apenas que setores dela serão observadas (ensino superior). A referência aos outros níveis de educação não é mencionada e apenas o convite ao encontro dos representantes desses países é proposto.

93. Consideramos que a futura área de conhecimento da América Latina e o Caribe - União Européia deve ser baseada nos resultados de um bem-sucedido diálogo bi-regional sobre ciência e tecnologia, e inclui o fortalecimento da cooperação em ciência e tecnologia, educação superior, inovação e tecnologias de informação e comunicação. Considerando a importância da Ciência e da Tecnologia para o desenvolvimento econômico e social de nossos países, e guiados pelo resultado das reuniões ministeriais e dos grupos de trabalho bi-regionais que trabalham em cooperação científica e tecnológica, concordamos em lançar uma Parceria em Ciência e Tecnologia com a finalidade de incluir a América Latina e o Caribe como uma região alvo para os Programas-Quadro da União Européia nestes setores, contribuindo-se assim para aprofundar e desenvolver os vínculos bi-regionais e incentivar a participação mútua em programas de pesquisa.

O tópico mencionado aborda mais uma vez a questão do ensino superior e sua importância para aprofundar e desenvolver vínculos entre os países que integram essa rede de cooperação. Quando é mencionada a educação superior e a pesquisa para que esse programa se realize em sua totalidade, um cuidado se faz necessário para observar a real dimensão que é disponibilizada para esse nível de educação.

No documento se faz presente a educação tecnológica que invariavelmente se remete a uma proposta da globalização e conseqüentemente do mercado. Hoje as capacidades de um cidadão estão entre tantas exigências, de ser flexível e se moldar as mudanças que sua atuação pede. Essa tarefa de adaptação às necessidades de uma lógica que coloca o cidadão inserido nesse meio capitalista faz nele um objeto de simples obediência se deseja continuar inserido. Como consequência todo o processo educacional de um país capturado pela política neoliberal, não consegue criar uma identidade própria e se submete aos caprichos desse sistema. Ficando dessa forma nas mãos do mercado e das empresas privadas os rumos e diretrizes da política educacional nesses países que se submetem as políticas do livre mercado como diz Fernandez (2004, p. 9):

Nesse enfoque fica claro que a atenção aos sinais do mercado por meio do ensino pago, da venda de pesquisa e ensino retirariam das IES (Instituições de Ensino Superior) e do Estado/Governo o processo decisório, transferindo-o aos consumidores, ou seja, às empresas e estudantes. Dessa forma limitando os alcances da política educacional aos interesses do capital.

Como todo esse processo de ensino vinculado aos financiamentos das instituições financeiras internacionais, fica difícil uma postura dos países que no desejo de receber esse dinheiro consigam algum tipo de independência nas suas ideias. Sem essa autoridade para exercer uma autonomia quanto ao que melhor possa representar uma educação adequada de acordo com as especificidades de cada país, o resultado dessa ideologia fica restrito aos

números. Nesse contexto, todo processo educacional fica comprometido quando todo esse mecanismo de apropriação da autonomia está literalmente comprado pelos bancos poderosos com seus objetivos econômicos na liberação de verbas.

Ao lermos o texto sobre a educação superior na cúpula de Guadalajara fica evidente a importância da ciência e tecnologia, assim como a inovação, tecnologia de informação e comunicação. Em nenhum momento é abordado questões que de alguma forma remetam ao desenvolvimento dos alunos nesses países que são obrigados a um receituário se desejam o financiamento de suas políticas. Por isso a questão da pesquisa no ensino superior fica totalmente comprometida quando percebemos quem financiará esse trabalho. Esse financiamento é direcionado as pesquisas de cunho tecnicista, cujo os resultados têm um aproveitamento imediato, em detrimento de pesquisas de base e pesquisas na área de ciências humanas. Dentro desse regime os pesquisadores das universidades sofrem pressão para produzir cada vez mais resultados e de forma rápida, sendo constantemente cobrados e com uma política de arrocho salarial. Nas palavras de Fernandez (2004, p.9):

Em síntese as recomendações do Banco Mundial poderiam ser resumidas: na educação básica como prioridade; ensino secundário destinado a atender às crescentes necessidades do mercado por trabalhadores flexíveis e adaptáveis e no ensino superior privatizado, flexível e voltado para o mercado, tanto no ensino como na pesquisa.

Nas universidades existe claramente a influência dessa política neoliberal que procura capturar qualquer tentativa de rompimento ou questionamento desse modelo hegemônico que já se faz presente nas séries iniciais de ensino e aos poucos chegaram ao ensino superior. A proliferação de faculdades privadas financiadas pelo dinheiro público com o pretexto de proporcionar ensino superior aos que não conseguem aprovação nas universidades pública foi o início do processo. Um dos exemplos dessas faculdades são as chamadas faculdades de tecnologia que formam profissionais puramente voltados ao mercado de trabalho, em menor tempo e com menor custo do que as faculdades convencionais.

Com a massificação dessas instituições de ensino que abertamente são constituídas para atender as necessidades do mercado, esse processo chegou aos poucos às universidades públicas. Hoje presenciamos dentro dessas universidades, que mais se parecem condomínios, empresas privadas com prédios próprios estabelecendo e cumprindo metas. Essas corporações com a intenção apenas de financiar projetos de pesquisa ou estudantes com as melhores notas, estão na verdade comprando esses talentos quando terminam seus cursos. Existe todo um

processo de incorporar nesses locais públicos empresas que detém a tecnologia, favorecendo os cursos ligados a ela.

Com o financiamento dessas pesquisas, todas as descobertas realizadas por esses alunos que poderiam ser mais acessíveis ao público através da extensão universitária, que é cada vez menos incentivada. Por isso os caminhos do neoliberalismo que outrora restrito principalmente ao ensino básico se faz presente no ensino superior, seja no incentivo às faculdades particulares ou em pesquisas financiadas pelas empresas privadas na universidade pública. Em relação a isso instituições internacionais tem agido conforme descrito por Fernandez (2004, p.12):

Em determinados momentos, esses organismos, de maneira menos agressiva, sugeriam as políticas a adotar, no período recente, de maneira clara e aberta defendem a privatização, a descentralização, a proliferação de instituições privadas de ensino superior desobrigadas da prática da pesquisa; a consequente aquisição de conhecimentos tecnológicos dos países desenvolvidos; os cursos de formação alternativa e de curta duração; o professor sem vínculo orgânico com a instituição e, portanto mais flexível e a educação a distância. Em síntese, uma educação superior definida de acordo com as necessidades do mercado e inserida nos parâmetros da globalização e do neoliberalismo.

Nos problemas levantados na área da educação pela EUROsociAL, o processo que constrói as bases de suas propostas fica nítido. A questão da coesão social fica evidente, logo nas primeiras palavras que estruturam o texto que define suas intenções. A criação de mecanismos de permanência dos alunos na rede escolar, assim como a organização que possa facilitar seu acompanhamento durante sua vida escolar, também é percebida. A adaptação dos modelos pedagógicos que facilitem o aprendizado dos alunos é peça chave para um bom aprendizado nas diretrizes dessa proposta. Um ponto interessante nos fundamentos para uma boa aprendizagem, segundo a EUROsociAL, é que para a efetivação desse processo, o aluno consiga estudar com o mínimo de custo para o Estado. Nesse momento, a demonstração clara que se o aluno não está adequado de acordo com sua idade na escola, é prejudicial pelo aspecto pessoal e financeiro, pois ficará mais oneroso para mantê-lo.

A elaboração de espaços transversais como um apoio para que o aluno se envolva não apenas na questão pedagógica, mas em áreas importantes, é fundamental. Esses locais podem funcionar abrangendo vários setores que compõem aspectos relevantes na construção do aluno como um todo. Deve ser entendido por uma rede de assistência que trabalha em sincronia com a função de evitar situações que coloque em risco a aprendizagem e leve a um provável abandono. Quando esse processo de fuga da instituição escolar está na iminência de ocorrer,

vários departamentos devem ser acionados para evitar esse desfecho. Nessa parte é abordado a intersectorialidade como dispositivo de auxílio na situação de perigo do aluno próximo do abandono. O que propõe a EUROsociAL nesse aspecto, é um conjunto de ações envolvendo várias frentes de apoio nessa tentativa para que o aluno permaneça estudando.

Quando se menciona a abordagem intersectorial, se entende por saúde, moradia, condições de vida, de uma maneira geral, acesso aos serviços públicos, assistência social e psicológica; no documento elaborado pela EUROsociAL na área educacional, não existe apenas uma preocupação pedagógica em relação ao aprendizado em si, fica claro que outras questões precisam se efetivar para seu desenvolvimento. O aluno precisa ter condições extra sala de aula para entender o que o professor está tentando fazê-lo entender. É fundamental todo um mínimo de condições para um bom entendimento desse aluno que antes de qualquer coisa é um cidadão, com deveres e acesso aos seus direitos básicos. O aparato de sustentação para uma educação de qualidade, também é apontado com fundamental no processo de aprendizagem desse aluno na escola.

A rede de apoio que dará sustentação nesse momento importante para a vida escolar do aluno precisa ficar atenta para no que for necessário prestar sua cooperação. Portanto não só de coesão social e cooperação, se estabelece as bases da educação na rede EUROsociAL, outros aspectos importantes divulgados no documento são fundamentais para que um aprendizado se concretize.

8 - CONCLUSÃO

A importância do trabalho de pesquisa quando se relaciona com um assunto até então desconhecido de nossa parte, torna essa perspectiva mais instigante no decorrer do processo. O tema proposto pode a princípio ser considerado um pouco distante das aspirações iniciais quando se imagina o objeto de pesquisa único e outras opções não são consideradas. O foco da temática procurando esclarecer o máximo que isso representa aos poucos se revela substancialmente novo e a sensação do inédito impressiona. Para a elaboração de outra proposta de pesquisa, o desconhecido caminha na mesma direção das descobertas que por muito pouco não iriam se concretizar. No trabalho de leitura e estudo que essa tarefa impõe, muitas dúvidas e paradigmas são derrubados, assim como muros que volta e meia aparecem e sem a vontade de saber o que existe do outro lado ficamos sem saber. Quando a proposta de um trabalho de pesquisa surgiu com um tema totalmente novo, as inquietações e dúvidas logo surgiram, pois como é da natureza, o desconhecido causa tudo, menos o conforto.

Com o início das leituras sobre o material relacionado ao assunto, pude perceber quantos temas se entrelaçam no desenvolvimento da busca das respostas que balizaram o trabalho. Especificamente em minha pesquisa trabalhei com uma rede de cooperação entre o continente europeu e a América Latina, estabelecida em 2004 que nas suas diretrizes básicas busca entre tantos objetivos, uma integração entre esses continentes com diversas ações nas áreas mais sensíveis da sociedade. Essa rede, denominada EUROsociAL tem na sua grafia, as quatro primeiras letras remetem a Europa e as duas últimas a América Latina. Nas diretrizes se revela em alguns momentos, como uma alternativa aos processos já estabelecidos e procura de alguma forma cooperar de um modo diferente. A princípio ocorreu muitos questionamentos principalmente na questão da colonização, já que do velho continente, as potências Ibéricas da época (Espanha/Portugal) foram responsáveis pelo processo de desenvolvimento com suas implicações na América Latina e suas consequências. Surge a pergunta se esse processo de cooperação e integração não seria um neocolonialismo camuflado. Estudando a fundo as intenções dessa instituição, a todo o momento, não se podia desvincular todo um processo doloroso de lembranças que esses países causaram em toda América Latina. Ficou a sensação de desconfiança tentando entender toda essa proposta de uma integração entre os povos e a busca de melhorias. O aspecto econômico é o que mais chama a atenção, quando se realmente existe algo de ajuda ou apenas mais um disfarce para algum interesse financeiro.

Várias inquietações surgiram a cada trecho do documento que constitui a EUROsociAL, pois no papel todas as mais nobres intenções aparecem a todo instante. Na elaboração do projeto que define os objetivos dessa rede de cooperação, são propostas muitas ações que pretendem auxiliar as nações latino-americanas no desenvolvimento, atuando em setores como: saúde, política social, emprego, finanças públicas, instituições democráticas, dialogo social, justiça, segurança pública e educação. Na área da educação dessa rede, é que concentramos e refinamos o objeto de pesquisa do nosso trabalho que foi desenvolvido. Procuramos analisar toda proposta pedagógica e como isso se efetiva nas ideias e na prática da EUROsociAL nesse segmento. Ao tratar desse assunto em especial, foi delineada uma comparação com o modelo de educação que predomina em quase todo o planeta, o neoliberal.

Quando aprofundamos nessa questão da parte pedagógica nessa rede, percebemos mais uma vez, todas as intenções de realmente desenvolver uma educação e aprendizagem mais próximas de uma melhoria como cidadão. Nesse documento na área da educação são propostos muitos mecanismos de ajuda para que se efetive uma pratica pedagógica realmente interessada no cidadão, e como isso é importante. Todo esse processo de boas intenções

depende de um financiamento para sua aplicação e quando as instituições que são escolhidas para colaborar nessa proposta são nomeadas, a realidade emerge. Todas as instituições internacionais, intrinsicamente ligadas a sustentação da ideologia neoliberal como: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e FMI estão presentes. Ao se apresentar como uma rede de cooperação/integração que se fundamenta entre várias ações focando a todo o momento a coesão social, se percebeu uma atuação prática vinculada a políticas ideologicamente conservadoras e arcaicas.

O discurso de uma proposta alternativa nessa rede se mostrou com o aprofundamento da pesquisa, uma carta de boas intenções, elaborado de uma forma muito sedutora. Essa instituição formada pela Europa e América Latina tendo como fundamentos uma relação de cooperação entre as nações, visando uma integração e jamais esquecendo a coesão social, fica apenas no discurso vazio da teoria. Na execução do planejamento desses ideais, em nenhum momento realmente é estabelecida uma alternativa que possa implementar essas diretrizes sem fugir do pensamento capitalista. Tentando entender os reais objetivos da EUROsociAL, ficam muitas sensações ao se aprofundar sobre suas verdadeiras intenções com os países latino americanos nessa parceria. No estabelecimento de metas importantes que a Europa acredita de alguma forma auxiliar o novo continente, porém condicionando essa ajuda as instituições preocupadas somente com o acúmulo de capital, fica difícil acreditar em algo bondoso. O que fica evidente ao longo do estudo é que mais uma vez as nações que colonizaram a América Latina e se preocuparam a princípio em explorar e destruir a cultura desses países, hoje faz um neocolonialismo dissimulado. Esse processo pode ocorrer de várias formas e uma delas com a criação de instituições que se intitulam de cooperação/integração entre países historicamente colonizadores e colonizados.

Observando mais a fundo como essas instituições atuam e principalmente em áreas essenciais como a educacional, fica demonstrado que o objetivo é puramente econômico em sua essência. Para uma colonização no século XXI onde o processo se efetiva no campo das ideias, nada mais cínico que usar a educação para construir esse pensamento condicionado. A rede EUROsociAL tem em seu corpo constituído todos as peças que de alguma forma constroem esse mecanismo de colonizar o pensamento e aniquilar inquietações. Faz uso de uma cartilha de boas intenções e diretrizes que os países da América Latina precisam seguir para alcançar o desenvolvimento. Ao término da pesquisa com o material que obtive, a implementação dessas ideias vai estabelecer uma dependência mais concreta dos países da América Latina com as instituições financeiras internacionais que sempre representaram e sustentaram o neoliberalismo.

As boas intenções da EUROsociAL ficam somente na teoria, pois se colocadas em prática colocam as nações parceiras de joelhos diante das velhas práticas do mercado. A pesquisa demonstrou toda uma estrutura construída na elaboração dessa rede de cooperação por muitos desconhecida, mas que trabalha para a continuidade do modelo neoliberal, porém com uma roupagem e discurso bem sedutores.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID): Disponível em: <<http://www.iadb.org/en/inter-american-development-bank,2837.html>> em 16 de jul. 2014.
- BANCO MUNDIAL: Disponível em: < <http://www.worldbank.org/> > acesso em 16 de jul. 2014.
- BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem. Educação democrática para um futuro humano**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- BRAGA, R. **Globalização ou neocolonialismo? O FMI e a armadilha do ajuste**. In: Actuel Marx em Ligne, n. 4 (1/2/2001).
- EUROSociAL: Disponível em: <<https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000037693/>> acesso em: 24 de set .2013.
- EUROSociAL II: Disponível em: <<http://www.eurosoci-al-ii.eu/>> acesso em: 12 de abr. 2014.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- FERNANDEZ, C. F. B. **Influência dos organismos internacionais na educação superior no Brasil: a consolidação do domínio neoliberal**. IV EDUCERE – PUCPR; 2004, out.18-20; Paraná, Brasil
- FMI: Disponível em:< <http://www.imf.org/external/index.htm> > acesso em: 16 de jul. 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003 p. 97.
- GENTILLI, Pablo. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: GENTILLI, Pablo & SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Escola S.A- Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília. CNTE e Organizadores, 1996.

Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/>> acesso em: 09 de jul.2014.

LAVAL, Christian e DARDOT, Pierre. **La nueva razón del mundo. Ensayo sobre la sociedad neoliberal.** Barcelona: Gedisa Editorial, 2013.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público.** Londrina: Editora Planta, 2004.

LEHER, R. **Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo.** 1999. p.19-37. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/03/out3_03.pdf> acesso em: 12 de jul. 2014.

MACEDO, E. S.; MEDEIROS, D. H. **A Formação do Educador e as Influências Neoliberais na Educação.** Revista NUPEM, Campo Mourão, v.3, n.5, ago./dez.2011.

MASSCHELEIN, Jan. **Em defesa da escola: uma questão pública.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MASSCHELEIN, Jan. e SIMONS, Maarten. **A pedagogia, a democracia, a escola.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

REIGOTA, Marcos. **Ecologia, Elites e *Intelligenista* na América Latina: Um estudo de suas representações sociais.** São Paulo: Annablume, 1999.

ROLNIK, S. **“Pensamento, corpo e devir. Uma perspectiva ético / estético / política no trabalho acadêmico”.** In Cadernos de subjetividade. São Paulo. V. 1 e 2. Set. fev. 1993. Páginas 241 -251.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.